



# TRT 1ª REGIÃO

História & Patrimônio  
1941–2018





# TRT 1ª REGIÃO

## História & Patrimônio

### 1941–2018

# TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

## Gestão do biênio 2017-2019

### Presidente

Fernando Antonio Zorzenon da Silva

### Vice-presidente

Rosana Salim Villela Travesedo

### Corregedor

José Nascimento Araujo Netto

### Vice-corregedora

Mery Bucker Caminha

### Secretaria-Geral da Presidência

Marcelo Ribeiro de Brito

### Diretoria-Geral

Flavio Pires Ferreira Clementino

### Secretaria-Geral Judiciária

Fabio Petersen Bittencourt

## Equipe do projeto

Fabio Petersen Bittencourt  
Flavio Pires Ferreira Clementino  
Carlos Roberto Oliveira da Silva  
Javier David Rapp  
Tatiana Rodrigues Parreira  
Marcelo Mendanha de Mesquita  
João Roberto Oliveira Nunes  
Edna Maria de Aquino Mendes  
Marcelo Barros Leite Ferreira  
Flavia Costa de Araújo  
Ana Adélia Inácio Lima e Silva

Estagiários (História):  
Carlos Wilken Martins de Sousa  
Éden Pereira Lopes Silva  
Maryna Lucchesi Teixeira Cardim de Melo  
Tamires Saint Martin Fonseca  
Vinicius Patrocínio Pereira da Costa  
Yasmin Poli de Almeida

---

*Projeto Gráfico e Diagramação: Guilherme André de Campos (Triunfal Gráfica & Editora)*

*Impressão e Acabamento: Triunfal Gráfica & Editora*

Brasil. Tribunal Regional do Trabalho (1. Região)  
TRT 1ª Região : história & patrimônio : 1941- 2018 / Tribunal Regional do Trabalho da  
1ª Região. Rio de Janeiro : TRT-1ª Região, 2018.  
80 p. : il. (principalmente color.)

ISBN: 978-85-61175-85-6

1. Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região. 2. História. 3. Prédio. I. Título.

CDDir 342.6812

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Cristiane Ferreira de Souza - CRB7/4740  
Divisão de Biblioteca

# Sumário

<b>Apresentação .....</b>	<b>4</b>
<b>Um Tribunal mergulhado em história .....</b>	<b>7</b>
<b>Nasce o Palácio do Trabalho .....</b>	<b>11</b>
<b>Surge a Justiça do Trabalho.....</b>	<b>17</b>
<b>Um Tribunal em expansão .....</b>	<b>19</b>
<b>Fórum Ministro Arnaldo Süssekind .....</b>	<b>21</b>
<b>Edifício Darcy Vargas.....</b>	<b>25</b>
<b>Fórum da Rua do Lavradio .....</b>	<b>27</b>
<b>Fórum Advogado Eugênio Roberto Haddock Lobo .....</b>	<b>31</b>
<b>Imóveis com finalidades administrativas .....</b>	<b>33</b>
<b>Para além da capital .....</b>	<b>35</b>
<b>Angra dos Reis .....</b>	<b>36</b>
<b>Araruama.....</b>	<b>37</b>
<b>Barra do Piraí .....</b>	<b>38</b>
<b>Cabo Frio .....</b>	<b>39</b>
<b>Itaboraí .....</b>	<b>40</b>
<b>Itaguaí .....</b>	<b>41</b>
<b>Itaperuna.....</b>	<b>41</b>
<b>Magé .....</b>	<b>42</b>
<b>Niterói .....</b>	<b>43</b>
<b>Nova Iguaçu .....</b>	<b>46</b>
<b>Queimados .....</b>	<b>49</b>
<b>São Gonçalo.....</b>	<b>50</b>
<b>São João de Meriti .....</b>	<b>51</b>
<b>Teresópolis.....</b>	<b>52</b>
<b>Três Rios .....</b>	<b>53</b>
<b>Volta Redonda .....</b>	<b>54</b>
<b>Perspectivas .....</b>	<b>55</b>
<b>Evolução Patrimonial: o capítulo mais recente.....</b>	<b>59</b>
<b>Agradecimento.....</b>	<b>65</b>

## Apresentação



“Somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos. Sem memória não existimos, sem responsabilidade talvez não mereçamos existir”, diz a frase atribuída ao escritor português José Saramago. Aproximando-nos do término do biênio 2017-2019, em que tive a oportunidade e o privilégio de presidir o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT/RJ), aproprio-me desse belo aforismo para induzir uma reflexão acerca da nossa existência, sob o enfoque da memória e da responsabilidade.

De tempos em tempos, assistimos a ondas de ataques à Justiça do Trabalho. Sua relevância e importância, ignoradas

pelos críticos, foram comprovadas ao longo de seus mais de 77 anos de história. Não obstante careça de aperfeiçoamentos, as estatísticas demonstram que o Judiciário trabalhista é o mais eficiente e o que mais julga. Somos também o ramo da Justiça que mais concilia e o mais informatizado. Passam-se os anos; modificam-se as relações sociais; as normas que as regulam também são atualizadas. E, ao longo desse tempo, a Justiça do Trabalho vem seguindo sua missão de estabelecer o equilíbrio na relação entre patrões e empregados.

E é justamente em função da importância de sua atuação – primando pela

busca da efetividade dos direitos sociais em sintonia com a necessária preservação da atividade econômica – que a Justiça do Trabalho não apenas se constituiu como um ramo especializado do Poder Judiciário, mas também cresceu e se desenvolveu para atender à crescente demanda.

No TRT/RJ, o primeiro dos Regionais trabalhistas do país, somos testemunhas e, ao mesmo tempo, partícipes dessa história. Os registros contam como se deu a evolução da Justiça do Trabalho da 1ª Região. Partimos das 14 juntas de conciliação e julgamento (JCs) existentes em 1946 – quando a Justiça do Trabalho deixou de pertencer ao Executivo para integrar o Judiciário – e chegamos em 2018 com 146 varas do trabalho. Das acanhadas instalações de que o Tribunal dispunha, na década de 40, na Rua Nilo Peçanha, onde funcionavam as nove JCs da capital, nos espriamos para preencher, atualmente, endereços em 31 municípios do estado do Rio de Janeiro, sendo 27 deles sede de comarca, enquanto outros quatro abrigam postos avançados da Justiça do Trabalho. Somente uma atividade pública essencial à pacificação social e legitimada pela sociedade mostra-se merecedora desse voto de confiança e tem justificativa para essa expansão. É grande a nossa responsabilidade.

Provada esta, precisamos, agora, falar de memória. À medida que avançam a tecnologia, a ciência e a cultura, é inevitável rompermos laços com o passado para nos adaptarmos aos novos paradigmas e valores. Mais do que nunca, portanto, mostra-se necessária a preservação da memória. Preservar a memória institucional é manter a instituição viva, além de uma forma de fortalecer suas bases, pois os erros e acertos registrados em nossa história nos ajudam a entender o presente e a planejar ações futuras.

Na condição de dirigentes de um Tribunal, nos afastamos da função estritamente jurisdicional para nos dedi-

carmos, por dois anos, à nobre tarefa de prover os meios necessários àqueles que seguem, diuturnamente, servindo na atividade-fim. Trata-se de uma atuação de natureza administrativa, mas que se soma ao trabalho dos desembargadores, juízes e servidores que se encontram no “front”, para que o cidadão, destinatário dos nossos serviços, obtenha a melhor prestação jurisdicional possível.

Nesta gestão, elegemos como uma de nossas prioridades o aperfeiçoamento da situação econômico-financeira do nosso Tribunal, por meio da aquisição de imóveis em substituição às locações e a outras formas precárias de ocupação. Tivemos êxito em nossos propósitos e conquistamos novas “casas próprias”. Há ainda muito a ser feito. Mas é certo que, biênio após biênio, as medidas positivas em benefício do nosso Tribunal se sucedem e se complementam. A vitória pertence a um só: o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.

Este livro se destina a registrar a história dessa evolução patrimonial, não se restringindo aos feitos desta gestão e mesclando fatos antigos e novos, com o objetivo de compor um retrato mais amplo de todas as ações que contribuíram para que o TRT da 1ª Região se tornasse o que é hoje.

Recordando Saramago, essa memória nos permite provar que, enquanto Justiça do Trabalho, chegamos até aqui. Logo, existimos. E, dada a amplitude da nossa responsabilidade, merecemos continuar a existir.

**Desembargador Fernando Antonio  
Zorzenon da Silva**

**Presidente do Tribunal Regional do  
Trabalho da 1ª Região no biênio 2017-2019**



## *Um Tribunal mergulhado em história*

Propagada desde longa data, a lenda de que os jesuítas teriam deixado escondido um tesouro no Morro do Castelo, ao serem expulsos do Brasil pelo Marquês de Pombal a partir de 1759, ainda continua sem um desfecho conclusivo. O que se pode verdadeiramente afirmar é que seria o próprio morro o tesouro escondido: ele marca o lugar de início da cidade do Rio de Janeiro, depois da expulsão dos franceses, em 1567.

O Morro do Castelo constituiu um dos eixos centrais da vida econômica, social e política do Rio de Janeiro desde sua

história colonial, moldando o crescimento da cidade a partir de sua configuração geográfica e urbana original até a virada para o século XX.

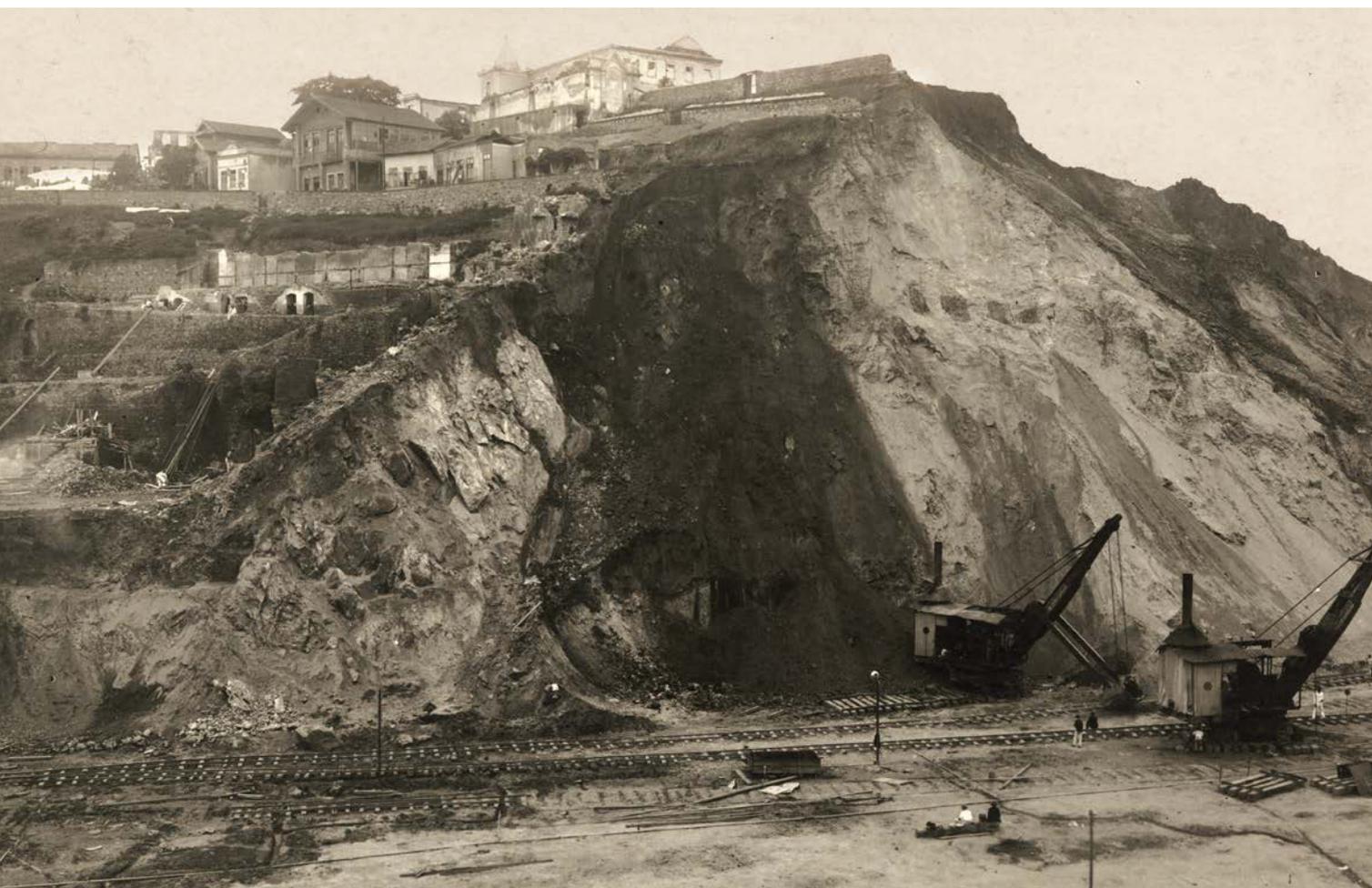
Durante a primeira fase da República no Brasil, a cidade do Rio de Janeiro, então capital do país, teve como característica marcante de suas administrações a vinculação de seu ordenamento urbano a modelos estrangeiros, ignorando ou procurando suprimir a ocupação do espaço urbano já efetuado pelas camadas populares ao longo da história da cidade.



Mapa do centro do Rio de Janeiro e Morro do Castelo, 1873.  
Parte de panorama de Emilio Bauch/www.riodejaneiroaqui.com



Morro do Castelo. Autor e ano desconhecidos. (Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil)



Desmorte do Morro do Castelo, 1922. Autoria: Augusto Malta. (Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil)

A partir de 1902, tendo como prefeito o engenheiro Pereira Passos, dá-se o início do processo de demolição de centenas de prédios – a alcunhada “Política do Bota-Abaixo” – para a abertura das Avenidas Central, atual Avenida Rio Branco, e Beira-Mar.

Deixavam-se ao desabrigo dezenas de milhares de pessoas para o surgimento de largas e extensas avenidas, ladeadas de prédios suntuosos, seguindo parâmetros europeus, que procuravam dar ao centro do Rio de Janeiro a aparência grandiosa das metrópoles europeias: era a “cidade colonial” sendo

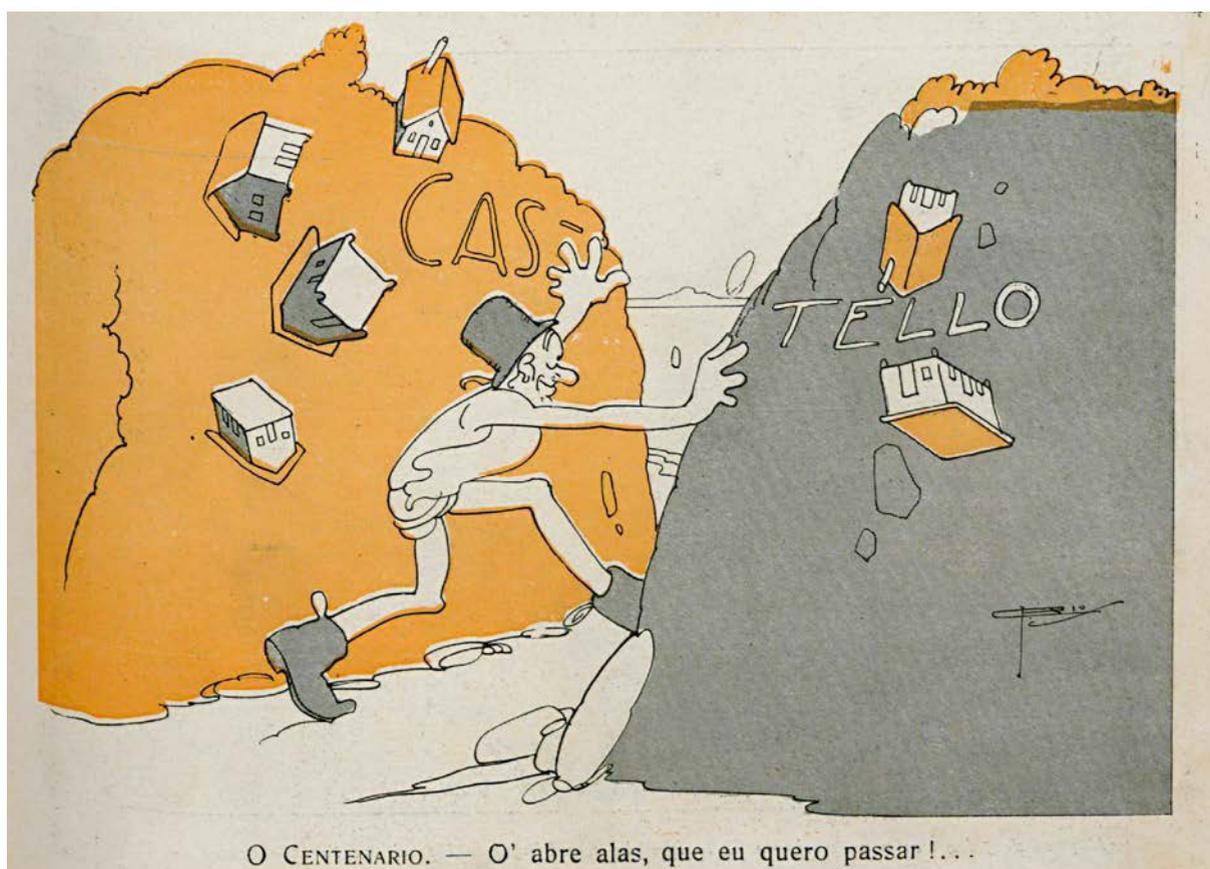
suprimida pela “cidade burguesa”, moderna, do século XX.

Esse processo de valorização, modernização e gentrificação urbana levariam ao desmorte do Morro do Castelo de 1920 a 1922, na administração do engenheiro Carlos Sampaio.

O debate acerca da derrubada do morro foi intenso. Alguns defendiam sua permanência por ser o berço da cidade. Outros o consideravam responsável pelas doenças e um impedimento para o progresso. Apesar da polêmica, a derrubada do Morro do Castelo deu origem à Esplanada do Castelo.



Esplanada do Castelo, 1930 (?). Autoria: S. H. Holland. (Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil)



Revista Careta, ano XIII, Nº 646. Rio de Janeiro, 6 de novembro de 1920. (Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil)



## *Nasce o Palácio do Trabalho*

A partir da Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas, mudanças nas estruturas políticas, sociais e econômicas marcam o país e isso vai se refletir também no campo arquitetônico. Durante a chamada Era Vargas (1930-1945), e em especial no período do Estado Novo, significativa parte da Esplanada do Castelo foi destinada ao desenvolvimento de um programa de construção de prédios públicos, numa tentativa de concentrar a administração pública federal em um único local. A arquitetura brasileira inseria-se num projeto político ideológico de consolidação do Estado, optando pelo estilo que associasse a sua imagem a tudo que se define como moderno, industrial, cosmopolita e apresentando características de imponência, ostentação e monumentalidade.

Importantes sedes ministeriais foram construídas e a primeira delas foi a do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, seguida pelas do Ministério da Fazenda e do Ministério da Educação.

*“(...) Incumbido como é o Governo de auxiliar, fomentar e ampliar, com seu concurso, o patrimônio da arte do país, justo é que se inclua entre outras obrigações, a de espalhar pela cidade palácios e monumentos que, pelas características arquitetônicas e artísticas, pelo aspecto grandioso que possam apresentar, venham a servir de exemplo às iniciativas particulares, atestem o grau de cultura do povo e estejam, enfim, à altura do renome que tenham adquirido nossas cidades como centros de civilização, de progresso e de riqueza.”*

**(REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO, 1939)**

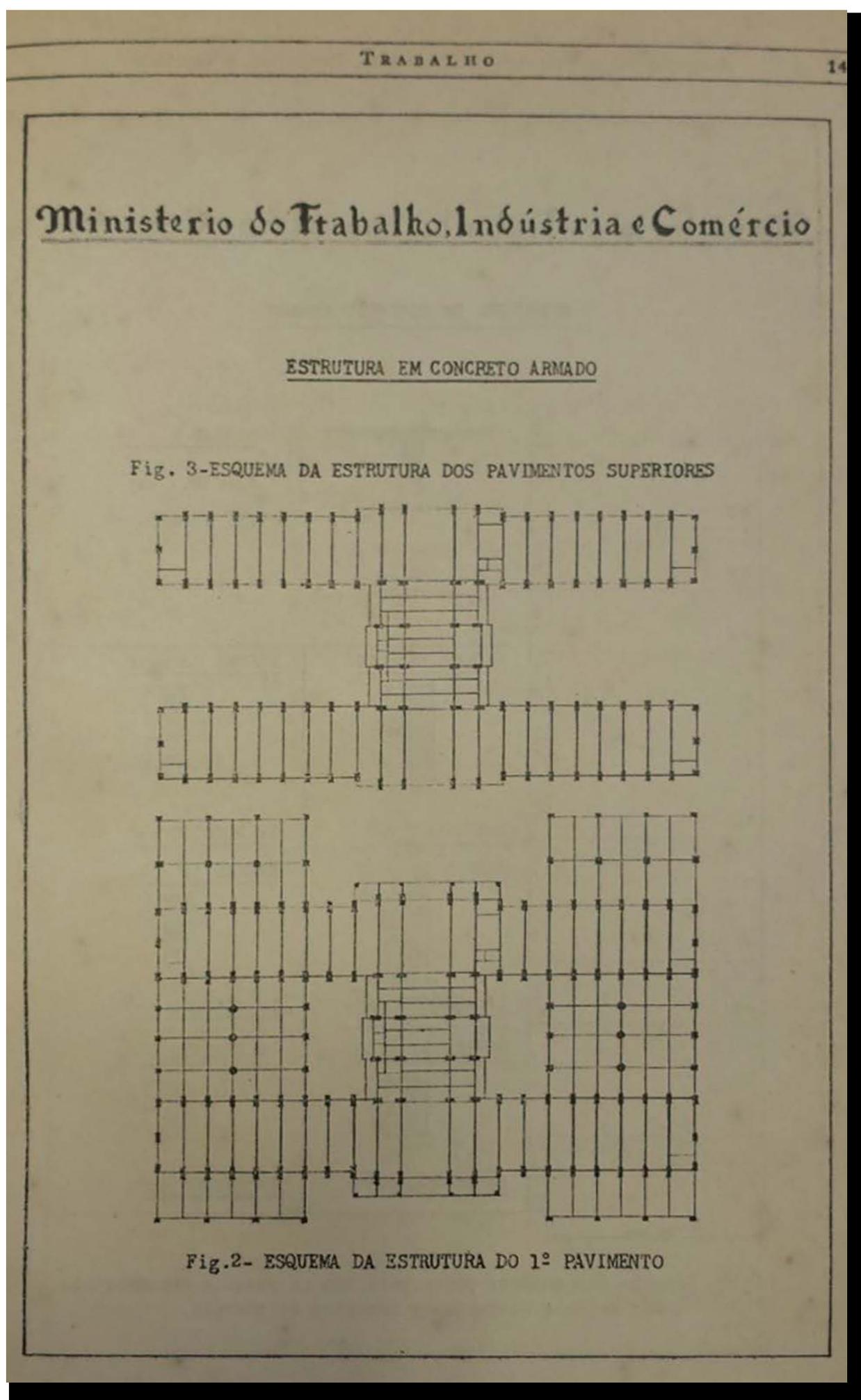
O prédio do Ministério do Trabalho foi projetado pelo arquiteto Mário dos Santos Maia, cuja orientação em termos de tendências arquitetônicas poderia ser caracterizada como “moderno-estilizado”. O projeto mescla traços do estilo *art déco* com características modernas, mas longe do modernismo que começava a despontar.

Em um primeiro momento, o projeto foi rejeitado, uma vez que não respeitava o padrão de altura estabelecido pelo plano de remodelação da cidade para aquela área. Posteriormente, o projeto foi retomado. Houve uma negociação entre os governos municipal e federal para a permuta por um terreno contíguo maior, no qual o projeto poderia ser desenvolvido sem ultrapassar o gabarito estipulado.

Descrição do projeto:

*(...) Desde as primeiras condições para a confecção do projeto houve preocupação de evitar excessos centrais, bem como de situar o prédio de modo a melhor direção, ensejando-lhe boa iluminação e perfeita visibilidade... resultou um edifício em forma de H, de modo a permitir o vimento por cima, descendo sobre um pedestal lepidotiforme do pedestal térreo, subsolo e sobreloja... As fachadas sem nenhum decor, não são serias linhas nítidas de sua arquitetura, têm apenas um revestimento em mármore negro que as circunda, em contraste à cor rosa da pintura externa... As frentes principais, no segundo pavimento, abrem-se em terraços sobre as galerias... A iluminação geral do prédio nada deixa a desejar: é magnífica.*

**(REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO, 1939)**



Desenho do projeto do Palácio do Trabalho, 1940. (Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio)

A construção do prédio foi autorizada pela Lei nº 201/1936. Em 1º de agosto desse mesmo ano, foi lançada a pedra fundamental do prédio, com a presença do Presidente Getúlio Vargas, do Ministro do Trabalho, Agamenon Magalhães, e de outras autoridades, ocasião em que foi lavrada a ata a seguir:

A firma vencedora da concorrência e responsável pelas obras foi a Raja Gabaglia e Cia. A comissão técnica criada se responsabilizou pelo projeto, acompanhamento e fiscalização das obras, as quais foram iniciadas em outubro de 1936 e concluídas dois anos depois.

Com a presença de Sua Excelência o Sr. Dr. Getulio Vargas, do Sr. Ministro Agamenon Magalhães e outras autoridades, foi lançada a pedra fundamental do Palácio, no dia 1.º de Agosto de 1936, tendo sido lavrada a seguinte ata :

"Ata do lançamento da pedra fundamental do edifício-sede do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio". Ao primeiro dia do mês de Agosto do ano de mil novecentos e trinta e seis, 115.º da Independência e 48.º da República, sendo Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil Sua Excelência o Senhor Doutor Getulio Dornelles Vargas e Ministro de Estado dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio Sua Excelência o Senhor Doutor Agamenon Sergio de Godoy Magalhães, procedeu-se, nesta cidade do Rio de Janeiro, Capital da República, ao lançamento da pedra fundamental do edifício destinado à sede do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que deverá ser erigido no terreno situado na esplanada do Castelo e compreendido entre a avenida Apparicio Borges e as ruas Pedro Lessa, Araujo Pôrto Alegre e da Imprensa, e cuja construção foi autorizada pela Lei n. 201, de 4 de Fevereiro do referido ano.

Acha-se encarregada dos trabalhos relativos ao projeto, construção e fiscalização do edifício a comissão técnica composta dos senhores engenheiros civil Dulphe Pinheiro Machado, Diretor Geral do Departamento Nacional do Povoamento, presidente, Edgard de Mello, Diretor Geral, interino, da Contabilidade, engenheiro civil, Plinio Reis de Cantanhede Almeida, atuário chefe, engenheiro arquiteto Mario Santos Maia e arquiteto chefe da Prefeitura do Distrito Federal Affonso Eduardo Reidy, com a colaboração do arquiteto Stelio Alves de Souza.

À solenidade compareceram os Senhores Ministros de Estado, Membros dos Poderes Legislativo e Judiciário, Prefeito e Chefe de Polícia do Distrito Federal, Representantes do Corpo Diplomático e Consular, Representantes da Imprensa, Altas Autoridades Cívicas e Militares, Diretores Gerais e funcionários do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Representantes dos Sindicatos de Classe, Representantes das Escolas Oficiais e das Sociedades e Sindicatos de Engenharia e Arquitetura bem como outras pessoas, todos especialmente convidados, tendo sido a presente ata, jornais do dia, moedas do país e outros documentos encerrados na urna da pedra fundamental por Sua Excelência o Senhor Presidente da República.

E, para constar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelas pessoas presentes".

[Reprodução da] Ata de lançamento da pedra fundamental do edifício-sede do Ministério do Trabalho, 1940.  
(Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio)



A construção do Palácio do Trabalho. Flagrantes de várias fases da construção, 1940. (Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio)



Prédio do Ministério do Trabalho concluído. (Acervo da Seção de Gestão de Memorial)

A inauguração do prédio ocorreu no dia 10 de novembro de 1938, data da comemoração do primeiro aniversário do Estado Novo. Nas festividades do evento,

destacaram-se os desfiles de organizações sindicais e os discursos calorosos dos representantes governamentais.



“Trabalhadores do Brasil – Ao inaugurar o amplo e majestoso edifício do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, tenho a impressão de ver tomar forma definitiva, com a solidez arquitetônica das construções destinadas a desafiar o tempo, a obra de integração social iniciada com a Revolução de 30”.

(Trecho do discurso proferido pelo Presidente Getúlio Vargas na inauguração do prédio do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio)

Busto em bronze oferecido por Federações e Sindicatos de Trabalhadores ao Presidente Getúlio Vargas, na inauguração do Prédio do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. (Acervo da Seção de Gestão de Memorial)

**A BATALHA**  
Rio de Janeiro, Sexta-feira, 11 de Novembro de 1938  
NUMERO 3.761  
PREÇO 100 réis

"O Governo Nacional, cujo primeiro aniversário hoje comemoramos, mantém-se resoluto no cumprimento da sua missão renovadora e patriótica. Para levá-la adiante, apoia-se na lealdade e devotamento das forças armadas, dispõe da cooperação dos núcleos criadores de riqueza, conta, enfim, convosco, homens de trabalho, porque tem a certeza de que todos vós desejais ardentemente o maior engrandecimento da Patria Brasileira." — (Palavras do presidente Vargas, proferidas hontem)

# 01º ANIVERSÁRIO DO NOVO REGIMEN

## A homenagem trabalhista ao presidente Vargas na inauguração do Palácio do Trabalho - O desfile do operariado inaugurado o busto do sr. Getúlio Vargas - O desfile do operariado

Em que se encontrava, para o consideri, dentro da ordem e da harmonia. Não haveria necessidade destas minhas palavras, porque estavam certos, que assim como nós compreendemos a importância do dia em 1938, e como sempre, nas horas de grandes preocupações civicas, os trabalhadores não faltarão a chamada e responderão em massa, do alto de suas fronteiras, ao chamado do presidente Vargas para o cumprimento das ordens que nos foram dadas!

Permita o eminente chefe do Estado que me permita dizer ao povo para desfrutar a paz que nos trouxe a sua política econômica e social. O Brasil e o agrado desse milagre.

Um simples: até 1938, os homens humildes, que passam a vida no trabalho, que não procuram cargos publicos e só desejam uma vida tranquila e o cumprimento de suas obrigações, não tinham a certeza de que o progresso, viriam a melhorar suas condições de vida, e que os seus filhos poderiam estudar e trabalhar em condições de paz e segurança.

Agui mesmo na República do Getúlio V. F. prometemos e não nos falamos no sentido de nos enganarmos, que prometemos.

Quem não sabe pelas fotos, a todos que têm olhos para ver e o coração para sentir, a grande obra feita.

Ora que é um elemento incontestável, a certeza de que o progresso, viriam a melhorar suas condições de vida, e que os seus filhos poderiam estudar e trabalhar em condições de paz e segurança.

Repto hoje o que já tenho dito muitas vezes: não os trabalhadores, mas o Brasil, que se orgulha de ter o presidente Vargas ao seu lado.

Tratando condignamente todos a quem se chama "homem", o presidente Vargas não se contenta com o cumprimento de suas obrigações, mas procura melhorar a vida de todos os brasileiros.

Viva o presidente Getúlio Vargas!

Se não fosse a necessidade de uma atitude que revela ao povo o grande significado do dia, não poderia fazer homenagem que o presidente Vargas não se contenta com o cumprimento de suas obrigações, mas procura melhorar a vida de todos os brasileiros.

Se não fosse a necessidade de uma atitude que revela ao povo o grande significado do dia, não poderia fazer homenagem que o presidente Vargas não se contenta com o cumprimento de suas obrigações, mas procura melhorar a vida de todos os brasileiros.



Palácio ainda outros oradores, dentro do qual se achava o presidente Vargas, proferindo o seguinte discurso:

"Sr. Presidente da República, João Jacob, pelo Partido Trabalhista Brasileiro, apresentando o plano de inauguração do Palácio do Trabalho."

A inauguração do Palácio do Trabalho é um ato de grande importância para o Brasil, pois é a inauguração de um símbolo de nossa civilização e de nossa dignidade. Este edifício, que se encontra em construção, será um dos maiores e mais modernos do mundo. Ele será um monumento à nossa história e à nossa luta por uma vida melhor.

O Palácio do Trabalho é a expressão da nossa política econômica e social. Ele representa a nossa luta por uma vida melhor para todos os brasileiros. Ele é a expressão da nossa política econômica e social. Ele representa a nossa luta por uma vida melhor para todos os brasileiros.

O presidente Getúlio Vargas, quando discursava, hontem, ao povo

Atenção, hontem, do primeiro aniversário do Estado Novo, comemorado nesta capital com grandes demonstrações de carinho e de respeito a que, mais uma vez, o presidente Getúlio Vargas recebeu a mais sincera homenagem do povo brasileiro.

Atenção, hontem, do primeiro aniversário do Estado Novo, comemorado nesta capital com grandes demonstrações de carinho e de respeito a que, mais uma vez, o presidente Getúlio Vargas recebeu a mais sincera homenagem do povo brasileiro.

# O discurso do Presidente Getúlio Vargas

No desfile trabalhista de hontem, o presidente Getúlio Vargas, acompanhado de ministros e autoridades, participou do desfile do operariado inaugurado o busto do sr. Getúlio Vargas. O desfile foi realizado no Palácio do Trabalho, a frente do qual o presidente Vargas proferiu o seguinte discurso:

"Trabalhadores do Brasil! — Ao inaugurar o amplo e magnifico edifício do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, tenho a impressão de ver tomar forma definitiva, com a solidez arquitetônica das construções destinadas a desalar o tempo, a obra de integração social iniciada com a revolução de 30.

Estou, a bem dizer, em vossa classe, e diante de vós, envolvido pelo entusiasmo das vossas aclamações, sinto-a vontade, bem se me rodassem todos os homens que trabalham digna e honestamente, na vasta extensão do território patrio, sem distinção de classes e profissões, acima de estereótipos partidários.

Jamais fugi a vossa convivência, mas horas incertas os perigos, mas não o contato directo com vós, nas ruas e nos lugares públicos, que encontro o estímulo para enfrentar as dificuldades e manter a linha de conduta que não é outra senão a do dever.

Não é fita para conquistar fama popularidade e angustiar sufrágio eleitoral, mas a certeza de que, no exercício das funções de governo, para melhor compreender as necessidades e melhor realizar as aspirações dos trabalhadores.

Em 1935 como em 1938, em meio às apreensões daquelas horas conturbadas, quando a ventania indaga não se detinha nem mesmo diante das ameaças e promessas assustadas, a vossa incondicional solidariedade se fez sentir de norte a sul do país, reafirmando a confiança no Governo e a repressão nos com-fortamos agrãos de desordem.

Além disso na memória, viva e nítida a confidência impressa no vosso entusiasmo em 11 de maio deste ano, e, mais recentemente, o empolgante espetáculo das demonstrações de Minas e São Paulo, e Estado do Rio de Janeiro, que não deturam dúvidas a respeito da decisão e franca adesão do povo brasileiro ao regime de 30 de novembro.

Ora, extensões da direita e da esquerda, que, sob formas variadas, pretendam, afinal, a mesma coisa — a nossa escravatura — foram repelidas e já não constituem perigo imediato para as instituições.

A máquina política dos grupos e interesses partidários não pode mais ser utilizada para a defesa dos interesses da maioria. Penamos todos, todos os bons brasileiros em se ver devotados a uma causa comum — a do desenvolvimento moral e cultural.

Trabalhadores do Brasil, Eu sinto de todos os tempos, em espírito inquieto, apelo que foram consensuadas pelas doutrinas deformadoras, sem razão na vida brasileira, os remanescentes da política retrograda das pantufaladas eleitorais, ainda poderão voar, criticar, intrigar e fazer conspirações; mas profissionais, os indignados ao progresso das atividades que exercem, podem clamar no des-certo: ou mais brasileiros, que infelizmente os há, poderão ser boatos e refletir-se entre os desreitados e saboteadores.

O governo nacional, cujo primeiro aniversário hoje comemoramos, mantém-se resoluto no cumprimento da sua missão renovadora e patriótica. Para levá-la adiante, apoia-se na lealdade e devotamento das forças armadas, dispõe da cooperação dos núcleos criadores de riqueza, conta, enfim, convosco, homens de trabalho, porque tem a certeza de que todos vós desejais ardentemente o maior engrandecimento da Patria Brasileira.

# Surge a Justiça do Trabalho

A monumentalidade e a solidez do prédio do Ministério do Trabalho eram comparadas ao que se estruturava no país na esfera social. Embora não se possa ignorar o histórico de lutas dos trabalhadores por medidas de proteção ao trabalho ocorrido nas décadas anteriores, todo um processo de regulação das relações de trabalho foi sendo implementado no Brasil a partir dos anos 30, por meio da criação de

um conjunto de iniciativas no campo das legislações trabalhista, previdenciária e sindical.

O Decreto-Lei nº 1.237/1939 criou a Justiça do Trabalho, encarregando-a de julgar e conciliar os conflitos decorrentes das relações de trabalho. Sua instalação, entretanto, ocorreu em 1º de maio de 1941, por ocasião dos festejos do Dia do Trabalhador.



Jornal "Correio da Manhã" de 19/05/1941. (Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil)

No dia seguinte à sua instalação, a Justiça do Trabalho entrou em funcionamento, formada pelo Conselho Nacional do Trabalho (CNT); por oito Conselhos Regionais do Trabalho (CRT), órgãos de segunda instância; e pelas trinta e seis Juntas de Conciliação e Julgamento (JCJ). Inicialmente, a Justiça do Trabalho tinha caráter administrativo, uma vez que integrava o Poder Executivo, por estar vinculada ao Ministério do Trabalho. Em 1946, por meio do Decreto-Lei nº 9.797, passou a compor o Poder Judiciário e seus órgãos passaram a ser denominados Tribunal Superior do Trabalho e Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs).

*“Realizou-se, ontem sob a presidência do Sr. Joaquim Máximo de Carvalho Junior, a solenidade de instalação do Tribunal Regional do Trabalho. A cerimônia compareceram os Srs Geraldo Bezerra de Menezes e Caldeira Neto, respectivamente, presidente e vice-presidente do Tribunal Superior do Trabalho, advogados, membros das Juntas de Conciliação e Julgamento e numerosas pessoas.*

*Dando como instalado o Tribunal, usou da palavra o Sr. Joaquim Máximo de Carvalho Junior, presidente do T.R.T., que se referiu as lutas de classe e tratou do Direito Social no Brasil.”*

**Jornal “Diário de Notícias”, 3 de outubro de 1946**



Antiga sala de audiências - JCJ de Petrópolis. (Acervo da Seção de Gestão de Memorial)

No Rio de Janeiro, então capital da República, funcionavam o Tribunal Superior do Trabalho (TST) e o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, cuja jurisdição abrangia os estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, bem como o Distrito Federal. O primeiro grau de jurisdição era composto por Juntas de Conciliação e Julgamento, distribuídas da seguinte forma: nove na capital e uma em cada um dos municípios de Niterói, Campos, Petrópolis, Cachoeiro do Itapemirim e Vitória.

O TST e a presidência do TRT da 1ª Região ocupavam dois andares do prédio do Ministério do Trabalho. As Juntas de Conciliação e Julgamento do Rio de Janeiro e a parte administrativa funcionavam em andares alugados de prédios localizados nas proximidades, em ruas que tinham sido abertas como consequência dos planos urbanísticos para a Esplanada do Castelo.

## *Um Tribunal em expansão*

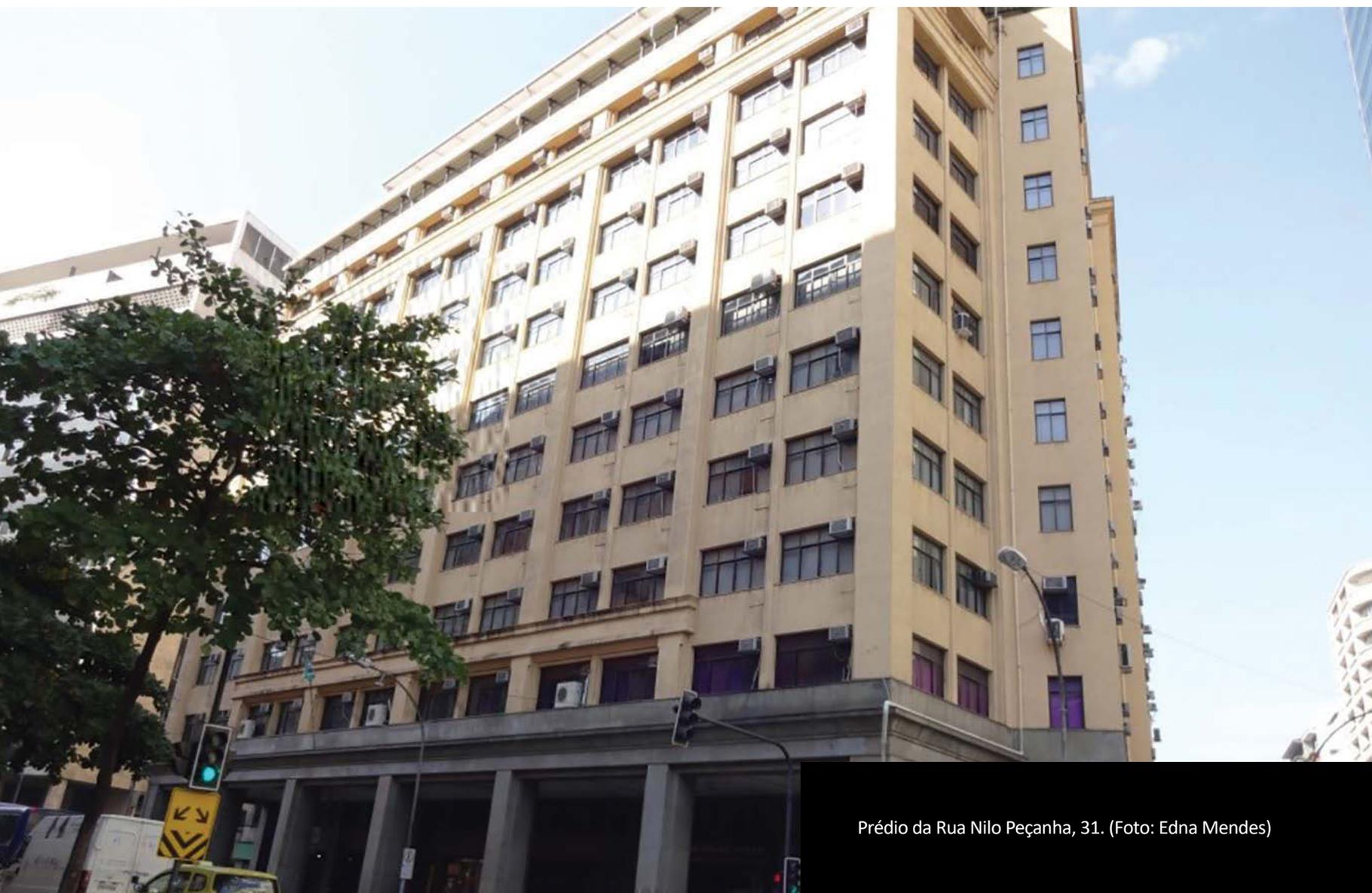
Foi no prédio da Avenida Nilo Peçanha, nº 31, em que se instalaram as primeiras Juntas de Conciliação e Julgamento do TRT da 1ª Região: da 1ª à 6ª, criadas pelo Decreto nº 6.596/1940 e inauguradas em maio de 1941; e da 7ª à 9ª, criadas pelo Decreto-Lei nº 8.087/1945 e inauguradas em janeiro de 1946. Foram Juízes Presidentes das Juntas de Conciliação e Julgamento – como eram assim denominados: Aldílio Tostes Malta, Jês de Paiva, Homero Prates, Rubem de Andrade Filho, Álvaro Sá Filho, Geraldo Magela Machado, Geraldo Octávio Guimarães, Mário Pereira e Gustavo Simões Barbosa. Além deles, havia quatro juízes substitutos: Mário Hélio Caldas, Celso Braga Bacelo, José Joel Salgado Bastos e Moacyr Ferreira da Silva.

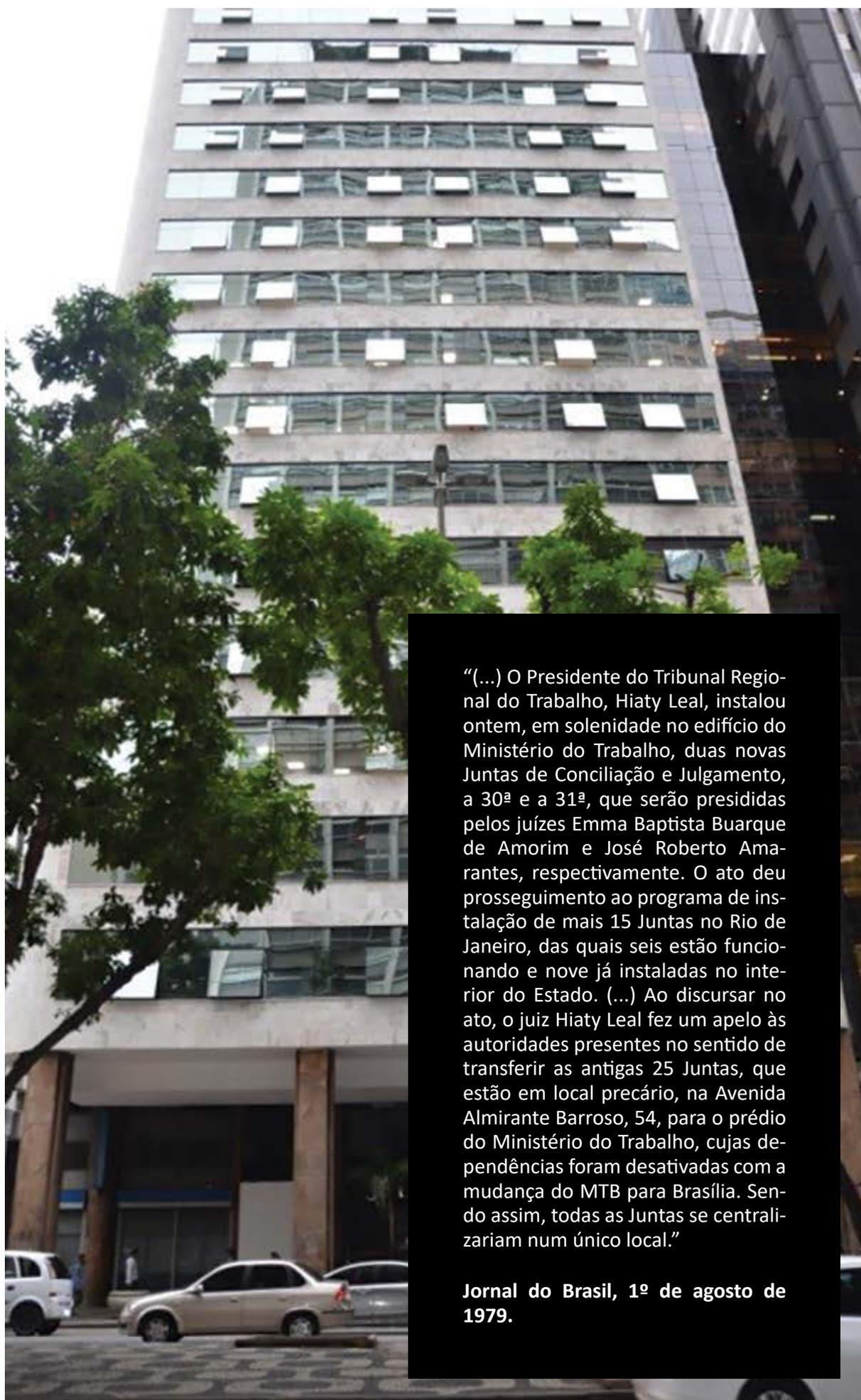
Já na Avenida Almirante Barroso, nº 54 – endereço pertencente ao antigo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) – funcionavam alguns setores administrativos e, posteriormente, as novas Juntas

de Conciliação e Julgamento criadas (10ª a 15ª – Lei nº 2.694/1955 e 16ª a 20ª – Lei nº 3.610/1959). Em 1963, com intuito de garantir mais facilidade às partes e advogados, todas as Juntas de Conciliação e Julgamento foram concentradas neste prédio.

Tanto a Avenida Nilo Peçanha quanto a Avenida Almirante Barroso são exemplos de logradouros surgidos em decorrência da urbanização da Esplanada do Castelo, que foi palco de vários planos urbanísticos.

O crescimento da Justiça do Trabalho, com a criação de novas Juntas de Conciliação e Julgamento e Turmas, aliado às dificuldades vivenciadas no prédio da Av. Almirante Barroso, deixavam evidente o problema da falta de espaço. Na década de 70, houve a ocupação de parte do prédio do Ministério do Trabalho pelo TRT/RJ. Então, deu-se início a um gradual processo de ocupação dos andares desse prédio pelas Juntas de Conciliação e Julgamento e outras unidades do Tribunal.





“(…) O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, Hiaty Leal, instalou ontem, em solenidade no edifício do Ministério do Trabalho, duas novas Juntas de Conciliação e Julgamento, a 30ª e a 31ª, que serão presididas pelos juízes Emma Baptista Buarque de Amorim e José Roberto Amarantes, respectivamente. O ato deu prosseguimento ao programa de instalação de mais 15 Juntas no Rio de Janeiro, das quais seis estão funcionando e nove já instaladas no interior do Estado. (...) Ao discursar no ato, o juiz Hiaty Leal fez um apelo às autoridades presentes no sentido de transferir as antigas 25 Juntas, que estão em local precário, na Avenida Almirante Barroso, 54, para o prédio do Ministério do Trabalho, cujas dependências foram desativadas com a mudança do MTB para Brasília. Sendo assim, todas as Juntas se centralizariam num único local.”

**Jornal do Brasil, 1º de agosto de 1979.**

Prédio da Av. Almirante Barroso, 54. (Assessoria de Imprensa e Comunicação Social)

## *Fórum Ministro Arnaldo Süssekind*

Em 1988, foi celebrado o contrato de comodato com o Governo Federal, por meio do qual a responsabilidade pela administração do prédio é transferida para o TRT da 1ª Região, que concluiu a ocupação, instalando-se em doze dos quatorze andares existentes. O termo de cessão foi assinado pelo Ministro do Trabalho Almir Pazzianotto e pelo Presidente do TRT/RJ, José Teófilo Vianna Clementino, na presença de vários convidados.

Em 1997, o prédio, ainda sob a administração do TRT/RJ por meio de comodato, passou a ser denominado Fórum Ministro Arnaldo Süssekind, homenagem feita ao único membro ainda vivo da comissão que elaborou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Em 1998, o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) indicou para tombamento um conjunto de prédios públicos situados na área central da cidade, entre eles o do TRT/RJ. O processo de nº E-18/001.539/98 justifica a preservação por se tratar de um “conjunto de exemplares edificações governamentais que representam uma das vertentes da arquitetura moderna brasileira, de valor simbólico, histórico e urbanístico, representativas de um momento de construção do Brasil como nação moderna, no período do Estado Novo, referenciados à função cultural e política da antiga capital do Rio de Janeiro”.





Solenidade de assinatura do contrato de comodato. (Acervo da Seção de Gestão de Memorial)

No dia 18 de agosto de 2008, na presidência da Desembargadora Doris Castro Neves, ocorreu uma cerimônia em homenagem ao Ministro Arnaldo Süssekind, ocasião em que foi confirmado seu nome para o prédio. Uma determinação legal proibia que prédios públicos recebessem nomes de pessoas vivas. Mas, em virtude da relevância de sua trajetória de vida para a história do Direito do Trabalho, foi aberta uma exceção para a justa homenagem – prestada em cerimônia no saguão do edifício, na qual compareceram familiares, desembargadores, juízes e representantes de classe.

O Fórum Ministro Arnaldo Süssekind passou a concentrar as atividades da segunda instância, de alguns setores administrativos e da Presidência do Tribunal. As atividades da primeira instância, ou seja, as Varas do Trabalho – nova denominação dada às antigas Juntas de Conciliação e Julgamento, após a Emenda Constitucional nº 24/1999 – foram direcionadas para outros endereços – Rua do Lavradio e Avenida Gomes Freire –, continuando e ampliando a história patrimonial do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.



Homenagem ao Ministro Arnaldo Süssekind no TRT/RJ. (Assessoria de Imprensa e Comunicação Social)



Fachada do prédio decorada para a cerimônia de confirmação. (Assessoria de Imprensa e Comunicação Social)

O Tribunal, todavia, sempre almejou ter a posse definitiva dos prédios que ocupava. Um grande passo foi dado nesse sentido, com a assunção do histórico edifício da Avenida Presidente Antônio Carlos, nº 251, na administração do biênio 2017/2019.

No dia 24 de maio de 2017, por ocasião da 3ª Reunião Ordinária do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho (Coleprecór), realizada em Brasília, foi assinado o Termo de Transmissão de Instalações Físicas, no qual foi oficializada a ocupação total do prédio-sede pelo TRT/RJ. O documento foi assinado pelo Presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, pelo Ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira de Oliveira, e pelo Presidente do Regional fluminense, desembargador Fernando Antonio Zorzenon da Silva.

Em 11 de dezembro de 2017, o Termo de Entrega, assinado pelo Presidente do TRT/RJ e pelo Superintendente do Patrimônio da União, Leonardo da Silva Moraes, transferiu para o Tribunal a administração, o uso, a conservação e demais responsabilidades sobre a área entregue, que antes era destinada à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Rio de Janeiro (SRTE/RJ).



Assinatura do Termo de Transmissão de Instalações Físicas.  
(Assessoria de Imprensa e Comunicação Social)



Assinatura do Termo de Entrega, ao TRT/RJ, do prédio situado na Av. Presidente Antonio Carlos, 251.  
(Assessoria de Imprensa e Comunicação Social)



## *Edifício Darcy Vargas*

A desocupação do Fórum Ministro Arnaldo Süssekind pela SRTE/RJ foi acordada mediante a cessão, pelo Tribunal, de um espaço substitutivo para receber adequadamente as instalações da Superintendência. Assim, como parte do ajuste, o TRT/RJ se comprometeu a ceder gratuitamente uma parte do Edifício Darcy Vargas, situado na Avenida General Justo, nº 275, constituído de dois blocos e dez pavimentos corridos, com um total de, aproximadamente, 12.700 m<sup>2</sup> de área construída.

A edificação foi destinada ao TRT/RJ pela Superintendência do Patrimônio da União no Rio de Janeiro (SPU/RJ) e a assinatura do Termo de Entrega ocorreu em 21 de junho de 2017.

Na Resolução Administrativa nº 17/2018, que aprova alterações no Plano de Obras do TRT/RJ, existe a previsão de obra para reforma e modernização do imóvel, com contratação no exercício de 2018. A obra incluirá diversas intervenções, como alteração das fachadas, esquadrias e revestimentos em geral, além de implantação de um sistema de refrigeração no prédio e de substituição de elevadores.

O prédio, que tem registro de construção no ano de 1963, já pertenceu à Fundação Legião Brasileira de Assistência, antiga LBA. Em seu Bloco A serão instaladas unidades administrativas do Regional fluminense, enquanto o Bloco B será integralmente ocupado pela unidade do Ministério do Trabalho no Rio de Janeiro.



Edifício Darcy Vargas. (Assessoria de Imprensa e Comunicação Social)



Projeto das futuras instalações do prédio.



## *Fórum da Rua do Lavradio*

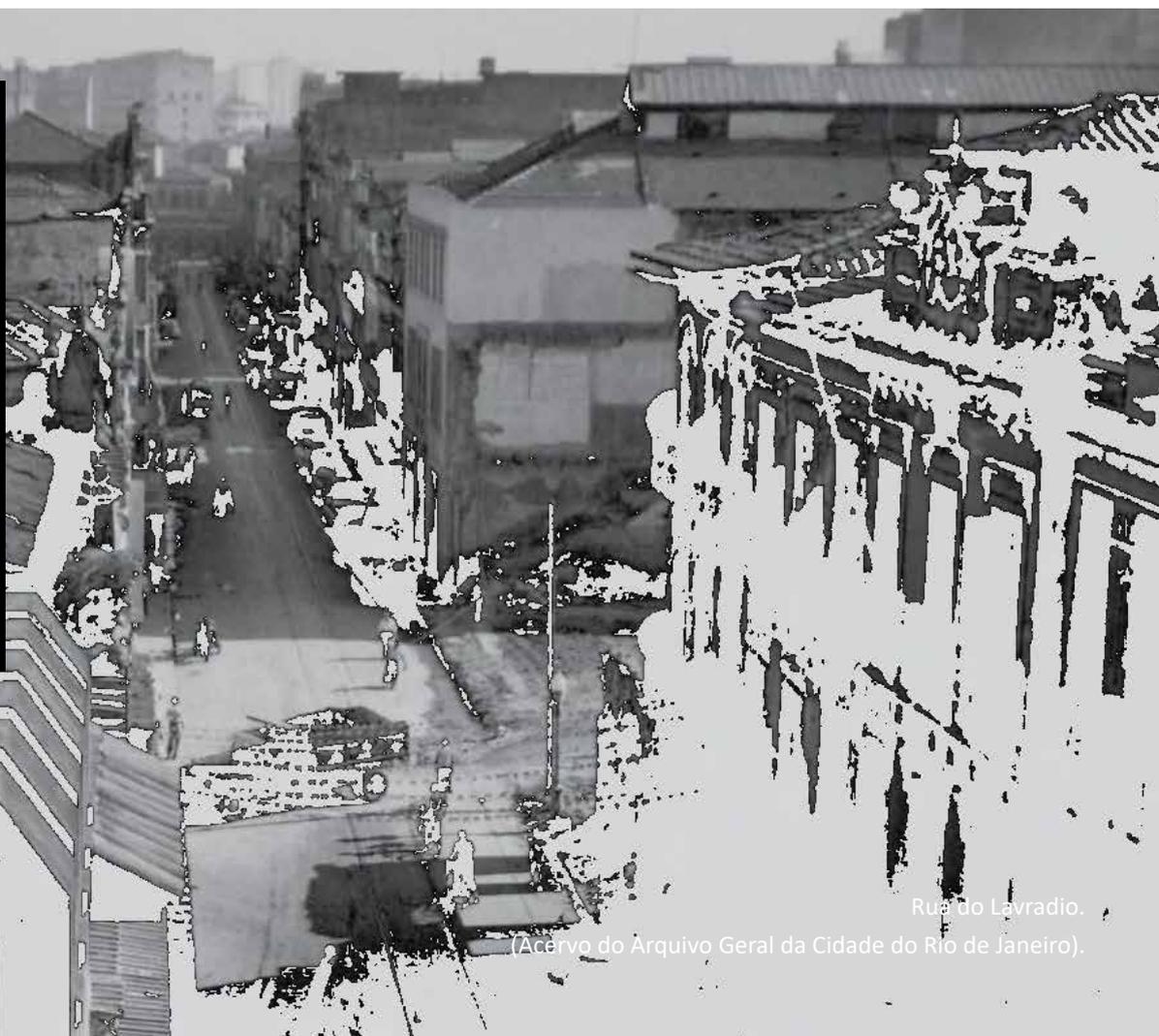


Edifício Marquês do Lavradio – Fórum Trabalhista da Rua do Lavradio.

A busca por um local que abrigasse todas as Varas do Trabalho fazia-se premente e esse era um desejo acalentado e perseguido há anos. Um convênio estabelecido entre o Tribunal Regional do

Trabalho da 1ª Região e a Caixa Econômica Federal possibilitou a concentração de todas as varas em um único prédio, localizado na Rua do Lavradio, nº 132.

A história da Rua do Lavradio remonta ao ano de 1771, quando foi aberta após o saneamento dos terrenos encharcados e pantanosos existentes entre o antigo Largo do Rocio (atual Praça Tiradentes) e os Arcos da Lapa. Foi nomeada em homenagem ao Vice-rei à época, o Marquês de Lavradio.



O conjunto arquitetônico da Rua do Lavradio guarda histórias de personalidades ilustres e de pessoas comuns. Nela, no decorrer do tempo, foram construídas moradias suntuosas, teatros e repartições públicas de peso.

Sempre vibrante, com uma veia cultural forte, a Rua do Lavradio passou por um período de decadência. Ressurgiu, porém, reacendendo sua vocação de polo cultural da cidade. Seus inúmeros bares, seu movimento frenético e a feira que acontece todo primeiro sábado do mês são exemplos da efervescência que lhe é própria.



Conjunto arquitetônico da Rua do Lavradio.  
(Foto: Edna Mendes)

O Fórum da Rua do Lavradio intensifica esse processo de revitalização cultural e econômica, passando a ser, ao mesmo tempo, espectador e partícipe de toda essa agitação, já que, de segunda a sexta-feira, contribui com o vai-e-vem de transeuntes, em decorrência do movimento provocado pelas ações ajuizadas na Justiça do Trabalho.



Feira da Rua do Lavradio (Foto: Adil Guedes)



O local onde hoje está construído o Fórum era marcado pela presença de casario antigo em péssimo estado de conservação, conforme informações do Departamento Geral de Patrimônio Cultural da Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro. O moderno prédio manteve parte da fachada do casario tombada pelo Patrimônio Cultural, em um casamento perfeito entre a preservação e a modernidade.

O mesmo espaço já havia sido cogitado para a construção de um empreendimento comercial com dez pavimentos, sendo necessária a demolição total do casario. O pedido foi indeferido por órgãos responsáveis pelo patrimônio cultural da cidade e do estado do Rio de Janeiro (Departamento Geral de Patrimônio Cultural e INEPAC).

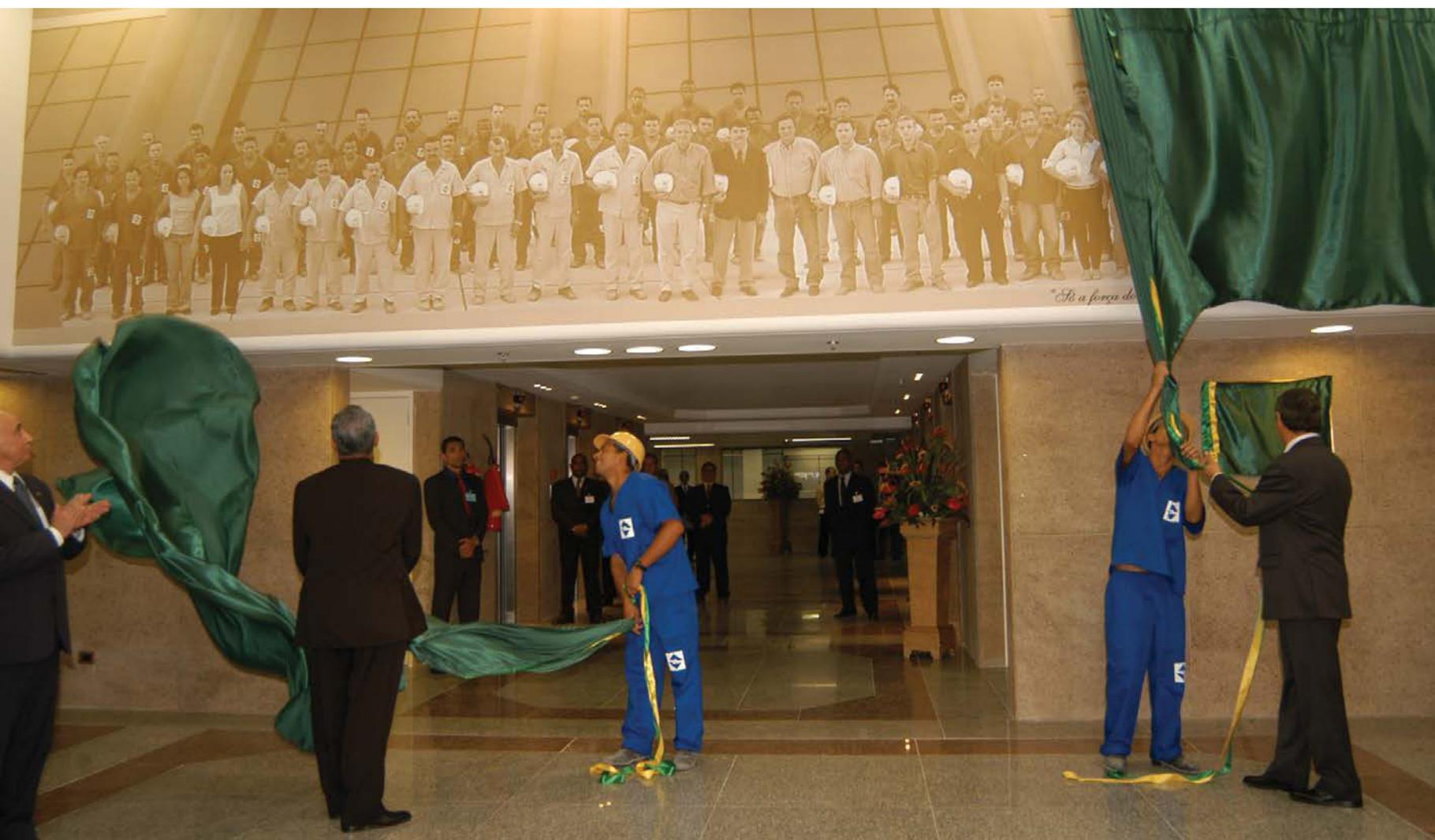
O Fórum foi inaugurado em 23 de abril de 2004, na presidência do Desembargador Nelson Tomaz Braga, passando a concentrar as 73 Varas do Trabalho em um único local.

No ato da inauguração, os operários que participaram da construção do prédio foram homenageados com um grande painel instalado no saguão.

Com o funcionamento das varas trabalhistas, a Rua do Lavradio tornou-se ainda mais movimentada, favorecendo o crescimento do comércio local.



Momentos da inauguração do prédio.  
(Assessoria de Imprensa e Comunicação Social).



Coroando o intenso trabalho na busca de recursos para aquisição dos fóruns então alugados, a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2018 (Lei nº 13.587/2018) destinou ao Regional Fluminense o montante de R\$ 174 milhões para aquisição do prédio da Rua do Lavradio.

Em solenidade realizada no dia 2 de fevereiro de 2018, que contou com a presença do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, foi oficializada a aquisição de três imóveis em benefício do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, entre eles o da Rua do Lavradio.



Cerimônia de oficialização da aquisição dos imóveis.

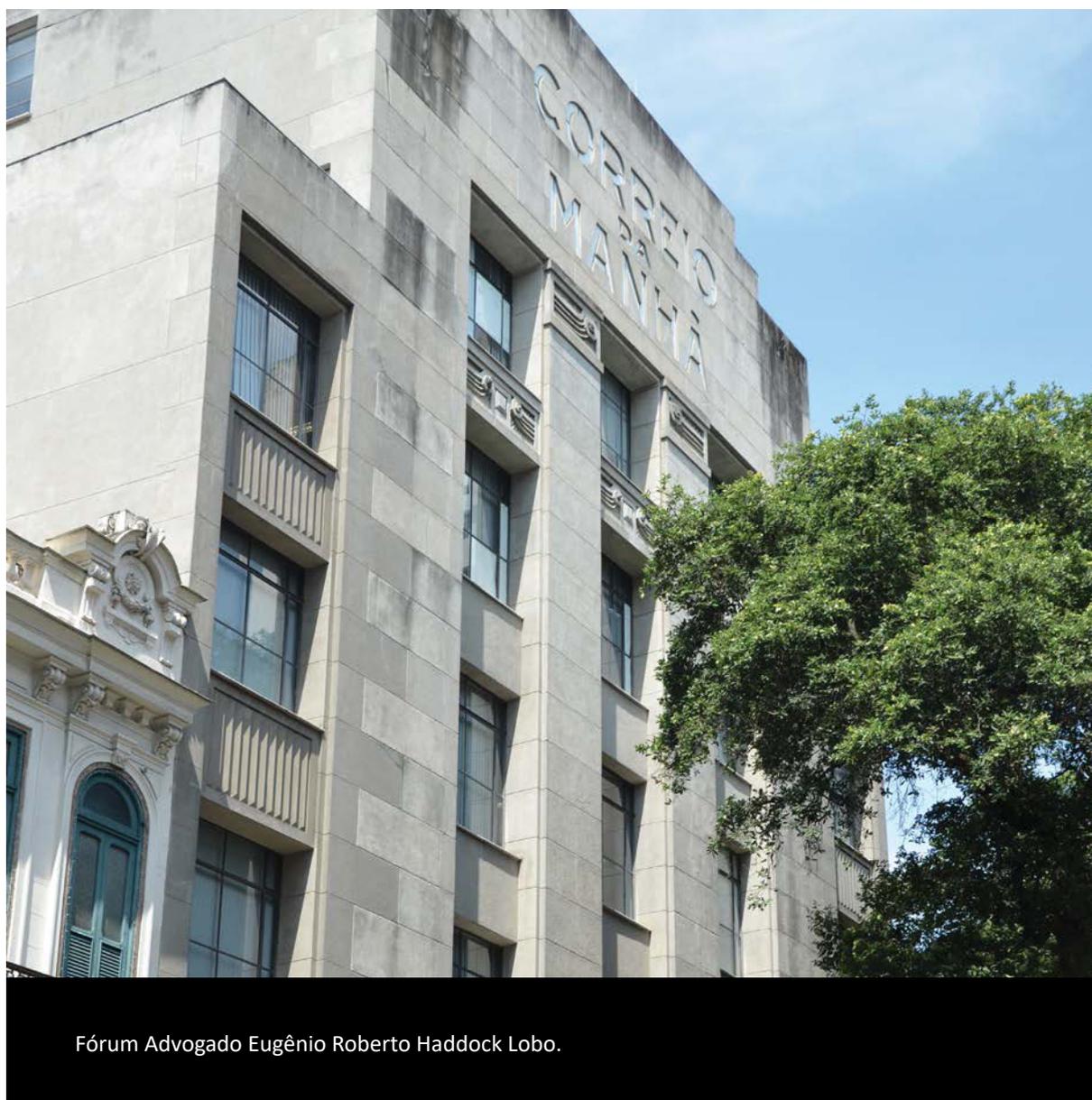
# *Fórum Advogado Eugênio Roberto Haddock Lobo*

Em 18 de agosto de 2006, na presidência do Desembargador Ivan Dias Rodrigues Alves, foi inaugurado o Fórum Advogado Eugênio Roberto Haddock Lobo, localizado na Av. Gomes Freire, nº 471. Esse foi o primeiro Fórum do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região que recebeu o nome de um representante dos advogados.

No Fórum foram instaladas doze Varas do Trabalho: três – da 71ª à 73ª – transferidas do Fórum da Rua do Lavradio;

e nove – da 74ª a 82ª – criadas pela Lei nº 10.770/2003.

A ocupação desse endereço foi possível graças a um convênio estabelecido entre o Tribunal e o Banco do Brasil. O edifício conta área de 5.214,65 m<sup>2</sup>, em estrutura de concreto armado e fechamento em alvenaria, fachadas com revestimento em argamassa cimentícia, embasamento em granito e esquadrias em ferro. Antes da instalação das varas, foram realizadas obras de adaptação no prédio.



Fórum Advogado Eugênio Roberto Haddock Lobo.

### Avenida Gomes Freire

Surgida como “Rua Gomes Freire”, a via foi aberta após drenagem de uma área ocupada por valas no quadrilátero contido entre a Rua do Lavradio e a Rua dos Inválidos. Recebeu esse nome em homenagem ao governador do período colonial Gomes Freire de Andrade.

No prédio, onde atualmente está instalado o Fórum Advogado Eugênio Roberto Haddock Lobo, funcionou o jornal Correio da Manhã. Fundado em 1901, o jornal circulou até 1974. Por sua redação passaram nomes como Graciliano Ramos, Otto Lara Resende, Ruy Castro e Lima Barreto.



Exemplares do jornal Correio da Manhã.  
(Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil)



Proprietários do imóvel e representantes da administração do TRT/RJ reunidos para assinatura do contrato de compra e venda.

A aquisição do imóvel que abriga o Fórum Haddock Lobo foi possível graças à destinação do crédito especial de R\$ 43 milhões ao TRT/RJ, por meio da Lei nº 13.542/2017. O imóvel foi incorporado ao patrimônio da União em 22 de dezembro de 2017, data em que foi

assinado o contrato de compra e venda com força de escritura pública, na sede da Superintendência do Patrimônio da União no Rio de Janeiro (SPU/RJ). Já o termo de entrega do prédio ao TRT/RJ foi assinado pela SPU/RJ em 2 de fevereiro de 2018.

## *Imóveis com finalidades administrativas*

Além das edificações que abrigam as unidades jurisdicionais do Tribunal, sua atuação requer a existência de imóveis para usos diferentes daqueles relacionados à atividade-fim. Assim, alguns imóveis utilizados para finalidades administrativas também foram incorporados ao patrimônio do TRT/RJ, como:

**Depósito judicial:** Localizado na Avenida Brasil, nº 891, no bairro de São Cristóvão, Rio de Janeiro. O imóvel foi entregue ao Tribunal em 5 de julho de 1994, na presidência do Juiz Mello Porto. Na ocasião, o imóvel estava em péssimo estado de conservação e indevidamente ocupado por terceiros. Após ação de reintegração de posse, a propriedade foi desocupada em 2004 na presidência do Desembargador Nelson Tomaz Braga. No ano de 2008, na presidência da Desembargadora Doris Castro Neves, o imóvel foi totalmente recuperado e adaptado para abrigar o Depósito Judicial do TRT/RJ.

**Oficina mecânica e depósito de bens móveis:** Localizados na Rua Rivadávia Corrêa, nº 163, no bairro da Gamboa, município do Rio de Janeiro. Possui área total

construída de 1.309,64 m<sup>2</sup>. O imóvel foi entregue ao TRT/RJ em 1994, na presidência do Juiz Mello Porto, em mau estado de conservação e ocupado pela escola de samba União da Ilha do Governador, na forma de locação por intermédio da empresa Trapiche Harmonia Ltda. Desocupado no final de 1995, o imóvel foi reformado nos anos seguintes.

**Arquivo Judicial:** Situado na Rua Mourão do Vale, nº 15, no bairro carioca de São Cristóvão, com área total construída de 3.462,97m<sup>2</sup>. O imóvel, sob gestão da Secretaria de Patrimônio da União, teve obra de reforma contratada no ano de 2008. Em 2011, foi totalmente recuperado e adaptado para abrigar a Seção de Arquivo Judicial – SECTAR-2. Em 27 de janeiro de 2015, na presidência do Desembargador Carlos Alberto Araujo Drummond, a unidade passou a ser denominada “Arquivo Judicial Oficial de Justiça Roberto Fernando Nóbrega”, em homenagem ao servidor que atuou por décadas no Tribunal, contribuindo para a evolução e para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional no âmbito da 1ª Região.



Fachada do Arquivo Judicial Oficial de Justiça Roberto Fernando Nóbrega.



## Para além da capital



### Estado do Rio de Janeiro

Localização dos imóveis mencionados nesta publicação

- Fóruns em funcionamento
- Fórum em construção
- Fóruns em planejamento



É fato que a trajetória patrimonial do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região entrelaça-se com a história da Justiça do Trabalho no estado do Rio de Janeiro, refletindo sua expansão e seus avanços. Do início do funcionamento da Justiça do Trabalho aos dias atuais, o Tribunal fluminense teve um crescimento significativo, ampliando e garantindo

atendimento aos usuários de todo o território fluminense.

A expansão da Justiça do Trabalho no Rio de Janeiro caminhou lado a lado com a busca por locais adequados para realização das atividades judiciais em cada recanto do estado. O desejo era que, na medida do possível, a instalação dos fóruns trabalhistas fosse efetivada em imóvel próprio.

Até o fim do ano de 2018, integravam o patrimônio do Tribunal as seguintes edificações:

## Angra dos Reis

A jurisdição na comarca de Angra dos Reis é representada pela 1ª Vara do Trabalho, cuja sede fica localizada na Rua Álvaro Pessoa, nº 172, no Centro, e abrange, além do próprio município, os de Paraty e Rio Claro. Com área total construída de 316,21 m<sup>2</sup>, o prédio no qual está instalado o Fórum Juiz Mello Porto, originalmente, abrigou a SUNAMAN (Superintendência Nacional da Marinha Mercante) e foi recebido do Patrimônio da União pelo TRT/RJ em 11 de setembro de 1997, na presidência do

Juiz Luiz Carlos de Brito. Após reformas para sediar a Junta de Conciliação e Julgamento, foi instalado definitivamente em 5 de março de 1999, ainda na presidência do Juiz Luiz Carlos de Brito. O titular da JCJ na época da inauguração era o juiz José Carlos Novis. No ano de 2016, durante a gestão da Desembargadora Maria das Graças Cabral Viegas Paranhos, o Fórum passou por nova reforma de modernização com melhorias nas condições de acessibilidade, concluída em janeiro de 2017.



Fórum Juiz Mello Porto.

## Araruama

A Justiça do Trabalho em Araruama é representada pela 1ª Vara do Trabalho, localizada na Rua Cesar Marques Carvalho, nº 200, com jurisdição sobre os municípios de Araruama, Iguaba Grande e Saquarema. O imóvel tem área total construída 379,02 m<sup>2</sup>. O terreno foi cedido a título gratuito pelo município em 1991, conforme autorização concedida pela Lei nº 687/1991. No ano seguinte foi inaugurado o

Fórum, em 10 de novembro 1992, na presidência do Juiz Luiz Augusto Pimenta de Mello. Nos anos de 2015 e 2016, na gestão da Desembargadora Maria das Graças Cabral Viegas Paranhos, o Fórum passou por reforma de modernização, com objetivo de otimizar o uso dos espaços e melhorar a qualidade dos serviços prestados, levando mais acessibilidade e conforto a jurisdicionados, servidores e advogados.



Fórum da Justiça do Trabalho de Araruama.

## Barra do Pirai

A 1ª Vara do Trabalho de Barra do Pirai fica localizada na Rua Acker Arthur Cataldi, nº 5, na antiga Rua Senador Arlindo Rodrigues, no Centro. Tem jurisdição sobre o próprio município, além de Mendes, Engenheiro Paulo de Frontin, Miguel Pereira, Paty do Alferes, \*Valença e \*Rio das Ostras (\*municípios que contam com o atendimento do Posto Avançado de Valença). O imóvel que a abriga tem área total construída de 360,44 m<sup>2</sup> e é remanescente da antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA), tendo sido disponibilizado ao Regional fluminense por cessão de uso, para reinsta-

lação da então Junta de Conciliação e Julgamento, em 1º de junho de 1998. O Fórum foi inaugurado em 13 de novembro do mesmo ano, sob a presidência do Juiz Luiz Carlos de Brito. O Juiz Titular na época da inauguração era Sérgio Rodrigues. O prédio foi incorporado ao patrimônio da União em 2007, sendo formalizado o termo de entrega provisória ao TRT/RJ em 14 de outubro de 2009. Durante a presidência do Desembargador Fernando Antonio Zorzenon da Silva foram iniciadas obras de modernização e acessibilidade, com término previsto para o exercício de 2019.



Fórum Trabalhista de Barra do Pirai.

## Cabo Frio

A comarca de Cabo Frio é representada pela 1ª e 2ª Varas do Trabalho, instaladas em Fórum localizado na Avenida Poeta Victorino Carriço, nº 331, bairro Jardim Olinda. A jurisdição abrange ainda os municípios de Armação dos Búzios, Arraial do Cabo e São Pedro da Aldeia. O prédio tem área total construída de 1.435,30 m². O Fórum começou a ser concebido com a Lei Municipal nº 2.002/2007, que autorizou a prefeitura

a ceder, a título gratuito, uma área de terra pública ao TRT/RJ, para construção da sede das Varas do Trabalho naquela cidade. O Fórum foi inaugurado em 14 de novembro de 2011, na presidência da Desembargadora Maria de Lourdes Sallaberry, proporcionando aos jurisdicionados, magistrados e servidores um local adequado que priorizou a ergonomia e os princípios básicos de sustentabilidade e acessibilidade.



Fórum da Justiça do Trabalho de Cabo Frio.



Cerimônia de inauguração do Fórum de Cabo Frio.

## Itaboraí

A 1ª Vara do Trabalho de Itaboraí fica localizada na Avenida 22 de Maio, Quadra 05, Lotes 05 e 06, bairro Nanci-lândia. Tem jurisdição apenas sobre o próprio município. O imóvel em que está instalada possui área total construída de 345,39 m<sup>2</sup>. O terreno onde foi construído o Fórum Juíza Débora Barreto Póvoa foi cedido ao TRT/RJ por prazo indeterminado, pelo Decreto Municipal nº 127/1994 e por autorização da Lei nº 1.248/1994. A obra de construção do prédio foi contratada em 1996, na presidência do Juiz

Alélio Vieira Braga. Na Resolução Administrativa nº 17/2018 do TRT/RJ, há previsão de obra de reforma e ampliação do Fórum para abrigar a 2ª Vara do Trabalho, com previsão de contratação em 2019 e de execução até o ano de 2020.

Em 14 de setembro de 2017, o Pleno do TRT/RJ aprovou a proposta de transferência da sede da Vara do Trabalho de Rio Bonito para o município de Itaboraí, objetivando a instalação da 2ª Vara do Trabalho de Itaboraí.



Fórum Juíza Débora Barreto Póvoa.

## Itaguaí



Fórum Desembargador José Carlos Novis Cesar.

A 1ª e a 2ª Varas do Trabalho de Itaguaí ficam localizadas na Rua General Quintino Bocaiúva, nº 310, no Centro, com jurisdição sobre os municípios de Itaguaí, Mangaratiba e Seropédica. O Fórum Desembargador José Carlos Novis Cesar, com área total construída de 826,23 m<sup>2</sup>, foi inaugurado em 6 de dezembro de 2011, na presidência da Desembargadora Maria de Lourdes Salaberry. A instalação foi possível pela parceria com a Prefeitura de Itaguaí, que construiu a sede, em troca da cessão de uso de terreno da União, formalizada em 2010, na gestão do Desembargador Aloysio Santos. O TRT/RJ realizou os serviços de adequação, como aumento de carga elétrica e rede de informática.

## Itaperuna



A 1ª Vara do Trabalho de Itaperuna está instalada na Rua Euclides Poubel de Lima, nº 276, no bairro Vinhosa, e tem jurisdição sobre o próprio município e os de Varre-Sai, Bom Jesus do Itabapoana, Italva, Cambuci, Itaocara, Aperibé, Santo Antônio de Pádua, São José de Ubá, Miracema, Laje do Muriaé, Porciúncula e Natividade. O Fórum Juiz Gerson Conde tem área total construída de 1.194,17 m<sup>2</sup> e foi inaugurado em 12 de dezembro de 1994, na presidência do Juiz Mello Porto. O Juiz Titular na época da inauguração era Cesar Marques Carvalho. A doação do imóvel à União foi em 1994 e a escritura foi rerratificada pela União Federal em 18 de dezembro de 2006, com a emissão do termo de entrega ao TRT/RJ.

Fórum Juiz Gerson Conde.

## Magé

A comarca de Magé conta com a 1ª Vara do Trabalho, instalada em prédio localizado na Av. Comendador Reis, nº 91. Tem jurisdição sobre os municípios de Magé e Guapimirim. O prédio tem área total construída de 479,26 m². O Fórum foi construído pelo TRT/RJ em terreno doado pelo município, conforme autorização contida na Lei Municipal nº 1.163/1994, sendo a escritura pública lavrada em 13 de setembro de 1995. Em 1996 foi contratada a obra para construção do prédio, concluída no segundo se-

mestre de 1997. O Fórum foi inaugurado em 8 de agosto de 1997, na presidência do Juiz Luiz Carlos de Brito. A Juíza Titular da Junta de Conciliação e Julgamento na época da inauguração era Edith Maria Corrêa Tourinho. No ano de 2008 foi formalizado o termo de entrega ao Regional fluminense. Em 2012, o Fórum passou por uma obra de modernização que incluiu, entre outros serviços, melhoria da acessibilidade, instalações elétricas, iluminação, refrigeração, layout e sistema de comunicação visual.



Fórum da Justiça do Trabalho de Magé.

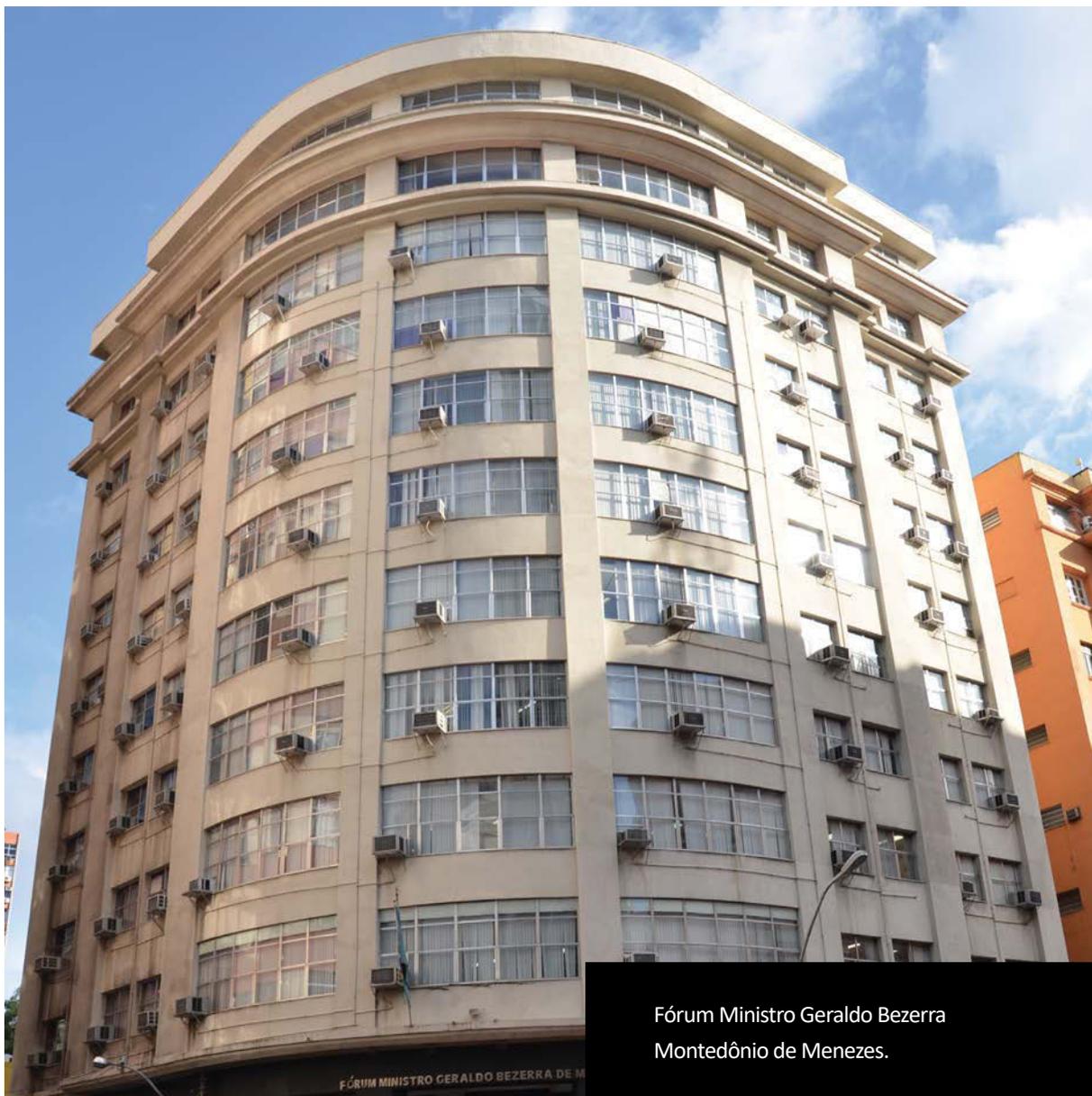
## Niterói

A comarca de Niterói conta com sete Varas do Trabalho, situadas em prédio localizado na Avenida Amaral Peixoto, 232, e com jurisdição sobre o próprio município. Estão instaladas em prédio com área total construída de 5.762,77 m<sup>2</sup>.

Por ocasião da instalação da Justiça do Trabalho, no dia 1º de maio de 1941, foram também instalados nas capitais dos estados os órgãos da Justiça do Trabalho. Niterói recebeu Juntas de Conciliação e Julgamento pois, na época, era a capital do estado.

As primeiras duas JCs de Niterói foram criadas pelo Decreto nº 6.596 de

12 de dezembro de 1940 e instaladas em maio de 1941. Em 15 de janeiro de 1973, na presidência do Juiz Jês Elias Carvalho de Paiva, foram reinstaladas em prédio da União situado na Rua Dr. Celestino, nº 50. O imóvel foi oficialmente entregue pela Secretaria do Patrimônio da União a este Tribunal em 3 de agosto de 1995, na presidência do Juiz Alédio Vieira Braga. Nesse prédio, atualmente, funciona o Arquivo Judicial Chefe de Secretaria Alberto Egidio Targiano, que guarda a documentação permanente do TRT da 1ª Região.



Em 28 de julho de 1994, o prédio de nº 232 da Avenida Ernani do Amaral Peixoto, com 5.762,77 m<sup>2</sup> e cedido pelo INSS, passou a abrigar o Fórum Trabalhista Ministro Geraldo Montedônio Bezerra de Menezes, nova sede da Justiça do Trabalho no município de Niterói, concentrando todas as Juntas de Conciliação e Julgamento.

“Homenageado pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT), o ministro Geraldo Bezerra de Menezes, 79 anos, jurista nascido em Niterói e autor do decreto-lei nº 9.797 que, em 1946, deu à Justiça do Trabalho do país a organização atual. Um edifício de 12 andares no Centro de Niterói, abandonado há mais de 10 anos, será inaugurado hoje, às 17h, totalmente reformado, como nova sede da Justiça do Trabalho do município, abrigando quatro Juntas de Conciliação e Julgamento. O prédio terá o nome de Fórum Ministro Geraldo Bezerra de Menezes.”

**Jornal do Brasil, 28 de julho de 1994.**

Desenlace da fita de inauguração da 3ª JCI/Niterói – abril de 1979.



Cerimônia de inauguração da 3ª JCI de Niterói – abril de 1979.



A Avenida Amaral Peixoto remete-se a iniciativas para a modernização da cidade de Niterói, nos moldes do que vinha se fazendo na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Cerca de 230 prédios antigos foram demolidos, tendo sido remodelado o espaço urbano para a abertura da avenida e para a instalação de um centro administrativo e financeiro. Aumentou-se o gabarito de altura dos edifícios, prevenindo-se a construção de prédios de até 13 pavimentos, bem como a largura e o comprimento da avenida, preparando-a para o tráfego intenso de veículos automotores, característico das cidades modernas.



Avenida Amaral Peixoto – 1958.



Assinatura do Termo de Entrega do Fórum da Justiça do Trabalho de Niterói.

Em 29 de setembro de 2009, o edifício em que se localiza o Fórum recebeu o nome do Juiz Alélio Vieira Braga, presidente do Tribunal no biênio 1995/1996, homenagem que contou com o apoio da comunidade jurídica.

Durante o ano de 2016, na presidência da desembargadora Maria das Graças Cabral Viegas Paranhos, intensificaram-se as negociações para a aquisição definitiva do Fórum. A junção de recursos próprios com a aprovação de um projeto de lei liberando mais recursos permitiu a incorporação do prédio ao patrimônio da União Federal, com a

sua consequente destinação ao Regional fluminense, em janeiro de 2017.

A aquisição definitiva do imóvel apresentou-se como solução mais adequada e viável, atendendo aos anseios de toda comunidade jurídica de Niterói, ao permitir melhor atendimento à sociedade. A aquisição suprimiu os gastos com aluguel e consequentes despesas com mudanças e adaptações.

No dia 25 de janeiro, foi descerrada a placa comemorativa que registra a posse definitiva do prédio, em cerimônia realizada no próprio Fórum, na cidade de Niterói.



Descerramento da placa representativa da entrega do prédio ao TRT/RJ.

## Nova Iguaçu



Fórum Juiz Azulino de Andrade.

Comarca constituída por sete Varas do Trabalho – 1ª à 7ª –, instaladas na Rua Dr. Athayde Pimenta de Moraes, nº 175 – Centro. A comarca tem jurisdição sobre Nova Iguaçu, Belford Roxo e Mesquita. O Fórum tem área total construída 3.322,84 m². A criação da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Nova Iguaçu, pela Lei nº 3.610/1959, deu-se na presidência do Juiz Celso Lanna e, entre seus primeiros

juizes titulares, citam-se os nomes de Elvia Lordello Castello Branco – primeira juíza nomeada no concurso inaugural para magistrados deste Regional – e Paulo Cardoso de Melo e Silva. Constitui um marco da expansão da Justiça do Trabalho no estado do Rio de Janeiro, sendo-lhe anteriores apenas as Juntas de Niterói, de Petrópolis e de Campos de Goytacazes.



Cerimônia de inauguração da 2ª JCI de Nova Iguaçu – Lei nº 5.633/1970 – na presidência do Juiz José de Moraes Rattes.

Ao longo de todo esse tempo, novas unidades judiciais foram sendo criadas na Justiça do Trabalho em Nova Iguaçu, que passou por diversos locais, os quais comprometiam a segurança e acessibilidade dos que a utilizavam. Não obstante as dificuldades de caráter orçamentário, foi inaugurado em 21 de março de 2011, na presidência do Desembargador Aloysio Santos, em um es-

paço nobre, amplo e funcional, a nova sede da Justiça do Trabalho em Nova Iguaçu, intitulada Fórum Juiz Azulino de Andrade.

Magistrados, advogados, servidores, representantes do poder público e entidades de classe prestigiaram o evento realizado no saguão do edifício situado na Rua Dr. Athayde Pimenta de Moraes, nº 175, no Centro da cidade.



Cerimônia de inauguração do Fórum de Nova Iguaçu.



Espaço Memória de Nova Iguaçu.

Esse fórum abriga o primeiro “Espaço Memória” do TRT da 1ª Região, cujo objetivo é recuperar, preservar e divulgar a história da Justiça do Trabalho em Nova Iguaçu. Reúne fotos, mobiliário, objetos e documentos que constituem a memória viva da instituição.

A aquisição do prédio do Fórum de Nova Iguaçu decorreu da abertura de crédito especial de R\$ 14 milhões ao Tribunal, pela Lei nº 13.542/2017. Para essa conquista, o Tribunal contou com o em-

penho da deputada federal Rosângela Gomes, que é natural de Nova Iguaçu e atuou como relatora setorial do orçamento federal na área temática que inclui a Justiça do Trabalho. Com seu apoio, foram aprovados recursos orçamentários utilizados pelo Regional fluminense para aquisição de três sedes – o Fórum da Rua do Lavradio, o Fórum Trabalhista Advogado Eugênio Roberto Haddock Lobo (Av. Gomes Freire) e o prédio que abriga o Fórum Trabalhista de Nova Iguaçu.



Descerramento de placa em homenagem à deputada federal Rosângela de Souza Gomes, em março de 2018.

## Queimados

Em um terreno localizado na Avenida Camilo Cristóvão, s/nº, no bairro Vila Camarim, está sendo construída a nova sede da comarca de Queimados. O terreno foi doado pelo município à União em 12 de julho de 2013. A obra de construção da nova edificação foi contratada em dezembro de 2017, conforme previsão na Resolução Administrativa nº 29/2017 do TRT/RJ, que aprovou o Plano de Obras do Tribunal. A obra foi iniciada em fevereiro de 2018, com previsão de término no final do exercício de 2018, ocasião em que

ocorrerá a transferência da Vara e inauguração do novo Fórum. Em 30 de maio de 2018, na presidência do Desembargador Fernando Zorzenon, o termo de ratificação da doação foi rerratificado pelo município de Queimados, o terreno foi entregue pela Secretaria do Patrimônio da União ao TRT/RJ. A construção do novo Fórum segue um projeto aprovado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), que servirá como piloto para as construções de futuras sedes da Justiça do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro.



Projeto da sede da comarca de Queimados.

## São Gonçalo

Das seis Varas do Trabalho de São Gonçalo, três – da 1ª à 3ª – estão instaladas na Rua Lourenço Abrantes, nº 59, no Centro; já a 4ª, 5ª e 6ª Varas do Trabalho funcionam no prédio de nº 41, da mesma rua. A comarca tem jurisdição apenas sobre o próprio município. O prédio de nº 59 tem área total construída 1.596,33 m². O imóvel foi adquirido pela União Federal em 26 de julho de 1974.

Em 2 de dezembro de 1988, na presidência do Juiz Vianna Clementino, foi inaugurado o primeiro edifício sede da Justiça do Trabalho no município com a 1ª Junta

de Conciliação e Julgamento. Em 1989 o prédio foi demolido e no lote foi edificado o Fórum Juiz Feliciano Mathias Neto, atualmente com as três primeiras varas do trabalho. Em 2012 foram realizadas obras de reforma nesse edifício, visando à adaptação para o uso por pessoas portadoras de necessidades especiais ou mobilidade reduzida. O segundo imóvel, que abriga da 4ª a 6ª Varas do Trabalho, tem previsão de ser incorporado ao patrimônio do Tribunal no exercício de 2018, já tendo sido formalizada a intenção de aquisição, no valor de R\$ 2,3 milhões.



Fórum Juiz Feliciano Matias Neto.

## São João de Meriti

Comarca constituída pela 1ª, 2ª e 3ª Varas do Trabalho, localizadas na Avenida Dr. Celso José de Carvalho, s/nº, bairro Parque Barão do Rio Branco, com jurisdição sobre o município de São João de Meriti. O Fórum possui área total construída de 1.574,97 m². O terreno foi doado pelo município à União, com formalização em 23 de dezembro de 2004. A construção, que havia sido iniciada na gestão do Juiz

Mello Porto, foi concluída na presidência do desembargador Ivan Dias Rodrigues Alves. As novas instalações do Fórum Desembargador Pizarro Drummond foram inauguradas no dia 24 de novembro de 2005. No ano de 2012, foram realizadas reformas para acessibilidade e inaugurada a 3ª Vara do Trabalho, na presidência da Desembargadora Maria de Lourdes Sallaberry.



Fórum Desembargador Pizarro Drummond.

## Teresópolis

A 1ª Vara do Trabalho de Teresópolis fica na Rua José Augusto da Costa, 53, no Centro, e tem jurisdição sobre o próprio município. Funciona em prédio com área total construída de 374,56 m². O Fórum Juiz Vianna Clementino foi instalado em 27 de novembro de 1992, na presidência do Juiz Pimenta de Mello. O Juiz Titular da então JCJ na época da inauguração era Aloysio Silva Correa da Veiga. A escritura de compra e venda do terreno onde está

instalado o Fórum, que pertenceu à antiga Rede Ferroviária Federal S.A., foi lavrada em 5 de março de 1998. O termo de entrega ao TRT/RJ pelo patrimônio da União foi formalizado no ano de 2002 e, nesse mesmo ano, o prédio passou por reformas de modernização com instalação de novos letreiros, pintura geral, reforma hidráulica e elétrica. No ano de 2011, foi feita nova reforma, incluindo as adaptações relativas à acessibilidade.



Fórum Juiz Vianna Clementino.

## Três Rios

A 1ª Vara do Trabalho de Três Rios fica na Rua Presidente Vargas, nº 475, Centro, e tem jurisdição sobre os municípios de Três Rios, Comendador Levy Gasparian, Sapucaia, Areal e Paraíba do Sul. O prédio tem área total construída 302,48 m<sup>2</sup>. A Junta de Conciliação e Julgamento foi inaugurada na presidência do Juiz Jês de Paiva. O Juiz Titular da então JCJ na época da inauguração era Paulo Roberto Capanema. O imóvel foi oficialmente entregue ao Tribunal

em 4 de julho de 1978. No ano de 2012, foram realizadas adaptações para implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe). No ano de 2014, foi elaborado um projeto de reforma e ampliação do Fórum, visando à adaptação para acessibilidade e modernização das instalações. Após avaliação e aprovação do CSJT, conforme preceituado pela Resolução CSJT nº 70/2010, em 2017 foi contratada a obra, que tem o término previsto para o segundo semestre de 2018.



Fórum da Justiça do Trabalho em Três Rios.

## Volta Redonda

A 1ª e 2ª Varas do Trabalho funcionam na Rua General Newton Fontoura, nº 891 (Antiga Rua 535), no bairro Nossa Senhora das Graças. A comarca tem jurisdição sobre Volta Redonda e Pinheiral. O prédio, que possui área total construída de 1.183,01 m<sup>2</sup>, está em terreno que foi doado pelo município por autorização da Lei nº 2.322/1988, com encargo de se construir o Fórum trabalhista daquela cidade. A escritura foi lavrada em 28 de setembro de 1988. Após diversas prorrogações de prazo, a partir de 1995, o prédio em que se localiza o Fórum Juiz José da Cunha Filho começa a ser construído, sen-

do inaugurado em 28 de julho de 1997, na presidência do Juiz Luiz Carlos de Brito. Depois de cumpridos todos os trâmites de regularização, o imóvel foi definitivamente entregue pela Secretaria do Patrimônio da União ao Tribunal, como imóvel próprio nacional, em 13 de dezembro de 2014, na presidência do Desembargador Carlos Alberto Araujo Drummond, conforme termo de rratificação de escritura pública de doação e entrega. A contratação de obra para modernização e adaptação de acessibilidade do fórum está em curso no exercício de 2018, para execução até o final do exercício de 2019.



Fórum Juiz José da Cunha Filho.

## *Perspectivas*

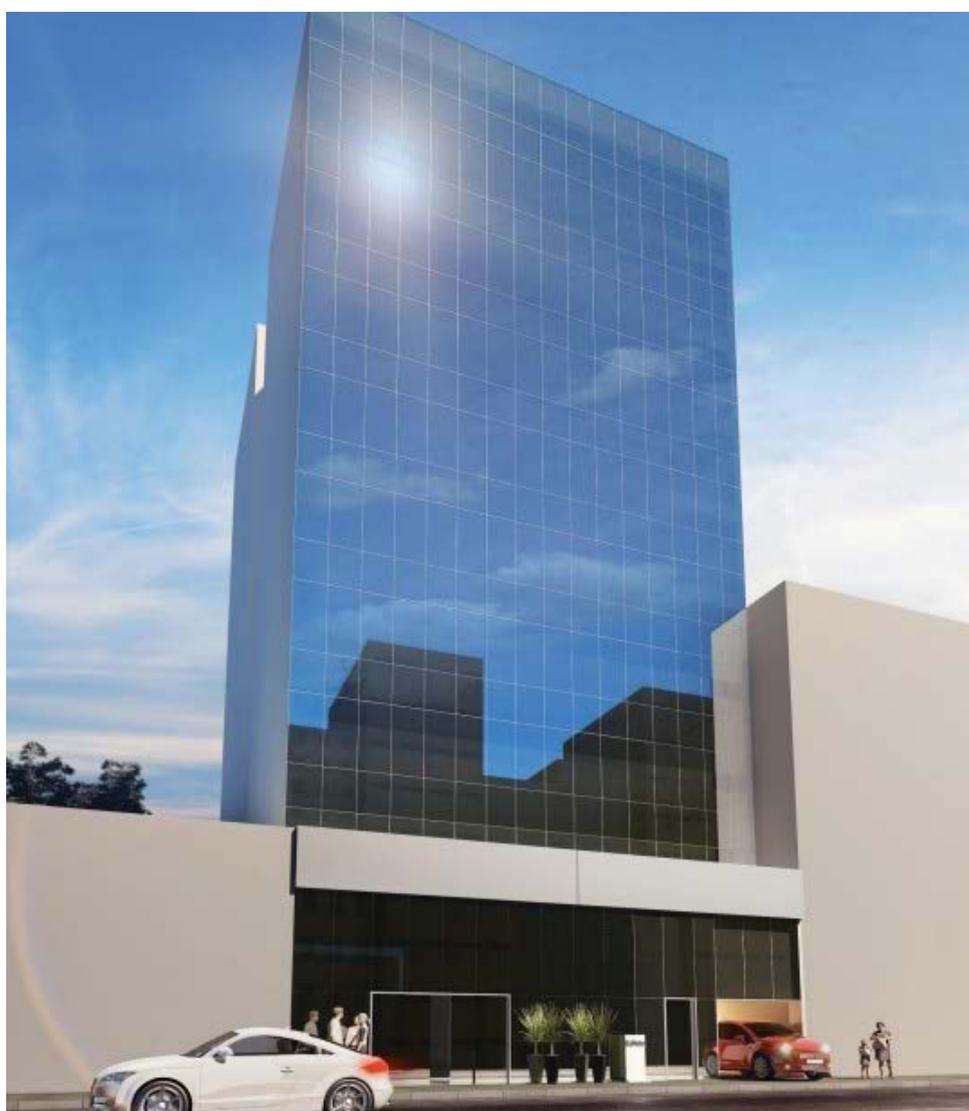
O trabalho das sucessivas administrações do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região no tocante à gestão dos bens imóveis e ao aperfeiçoamento do patrimônio imobiliário do Regional é constante, refletindo as necessidades da prestação jurisdicional, que mudam por diversos fa-

tores. Assim, além de todos os bens que já estão integrados ao patrimônio do Tribunal, outras ações estão em andamento visando a buscar melhores resultados, tanto em termos de instalações físicas, quanto em termos de utilização e aplicação do orçamento público.

### **Duque de Caxias**

A Lei 13.705/2018 abriu crédito especial para aquisição de imóvel para abrigar o fórum de Duque de Caxias. No dia 10 de outubro de 2018 o Desembargador

Fernando Zorzenon assinou Termo de Compromisso para compra do localizado na Rua Paulo Lins, 101, a cerca de 700 metros da atual sede.



Futuro Fórum de Duque de Caxias.

## Macaé

No terreno localizado na Rua Projetada, s/nº, com acesso pelo Km 4 da Rodovia RJ 168, será construída a nova sede do Fórum Trabalhista do município,

estando a contratação da obra prevista para o exercício de 2018 e a respectiva execução, para o exercício de 2019.



Projeto do futuro Fórum de Macaé.

## Petrópolis

Nesse município, o TRT/RJ dispõe de um terreno na Rua Plínio Leite, s/nº, P/82-V, no Centro. O terreno era originalmente do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) e foi incorporado ao patrimônio da União no ano de 2003. Foi entregue oficialmente ao TRT/RJ

em 22 de julho de 2005. Na Resolução Administrativa nº 17/2018, há determinação e previsão de construção do imóvel do Fórum no período de 2018/2019. No dia 9 de julho de 2018, foi apresentado na Prefeitura projeto atualizado para fins de aprovação e emissão de alvará de licença para a construção.



Projeto do futuro Fórum de Petrópolis.

## Resende

A nova sede do Fórum Trabalhista do município será construída na Avenida Marcílio Dias, s/nº Lote O, bairro Jardim

Jalisco. A contratação da obra está prevista para o exercício de 2018 e a respectiva execução, para o exercício de 2019.



Projeto do futuro Fórum de Resende.

Em relação aos terrenos situados em Petrópolis, Macaé e Resende, os projetos de construção já foram elaborados. O TRT/RJ aguarda a aprovação do Projeto de Lei, pelo Congresso Nacional, que garanta

a dotação orçamentária, visando à execução das obras a partir do exercício de 2019, empreitada para a qual o Regional fluminense conta com o apoio do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.



## *Evolução Patrimonial: o capítulo mais recente*

O capítulo mais recente da história patrimonial do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT/RJ) não possui um único autor, ao contrário, teve suas páginas escritas por diversas mãos. E apesar das dificuldades naturalmente encontradas durante um processo de aquisição de imóveis, o Regional fluminense concluiu o ano de 2018 com bons motivos para comemorar, graças à incorporação de cinco novos imóveis ao seu patrimônio: os edifícios da Rua do Lavradio e da Avenida Gomes Freire, ambos

localizados no Centro da cidade do Rio de Janeiro, abrigando, juntos, as 82 varas do trabalho da capital; e o Fórum Juiz Azulino de Andrade, que abriga as sete varas do trabalho do Município de Nova Iguaçu; o edifício Darcy Vargas, localizado na Av. General Justo, também no Centro da cidade; e o prédio-sede, que, antes compartilhado com a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE/RJ), passou a ser destinado em sua totalidade à Justiça do Trabalho da 1ª Região.

Fabio Petersen Bittencourt, diretor da SGJ; ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, então presidente do CSJT/TST; desembargador Fernando Antonio Zorzenon da Silva; juíza Ana Beatriz de Mello Santos; e Flávio Pires Ferreira Clementino, diretor-geral do TRT/RJ, durante cerimônia de oficialização da aquisição dos imóveis, realizada em fevereiro de 2018, no prédio-sede do TRT/RJ.



Ao assumir o mandato de presidente para o biênio 2017-2019, o desembargador Fernando Antonio Zorzenon da Silva estabeleceu como uma das metas da administração a busca por sedes próprias. O trabalho árduo envolveu uma atuação conjunta e articulada entre as unidades internas do TRT/RJ, bem como entre o Tribunal e outras instituições, inclusive de outros Poderes.

“Diante da crise vivenciada em 2016, a redução dos gastos com aluguéis mostrou-se uma solução viável para o TRT/RJ. Além disso, a redução das despesas com locações representava a diminuição dos gastos de natureza continuada, sem afetar diretamente a prestação jurisdicional ou o funcionamento do Tribunal”, afirma o desembargador Fernando Zorzenon.

## Crise e oportunidade

No ano de 2016 a Lei Orçamentária Anual (LOA) promoveu um corte no orçamento da Justiça do Trabalho, equivalente a 90% das despesas de investimento e 24,9% das de custeio em relação ao ano anterior. Em meio à crise, alguns Tribunais Regionais do Trabalho ameaçaram fechar as portas ante a insuficiência de recursos para pagar despesas de serviços básicos, como energia elétrica, água, telefonia, serviços postais e materiais de expediente.

O temido cenário não se concretizou, mas todos os órgãos tiveram que adotar medidas emergenciais para conseguir sobreviver com recursos reduzidos. Foi com esse contexto, portanto, que o Regional fluminense iniciou o ano de 2017, e a obtenção de prédios próprios passou a ocupar o topo da lista de prioridades da administração.



**“É gratificante ver Regionais como o do Rio de Janeiro conquistarem uma batalha travada há anos com a ajuda da nossa equipe”.**

**Kátia dos Santos Silva** - Secretária de Orçamento e Finanças do CSJT

Todo o processo de aquisição teve início no TRT/RJ que, em agosto de 2017, formulou e encaminhou ao CSJT pedido de crédito especial para viabilizar as aquisições dos imóveis da Av. Gomes Freire, com recursos da Justiça do Trabalho, e de Nova Iguaçu, com oferecimento de recur-

so do próprio Tribunal. Em 2017 também foram solicitados recursos para o imóvel da Rua do Lavradio, solicitação essa que foi encaminhada ao Conselho através da Proposta Orçamentária para o exercício 2018, para que os recursos fossem consignados na Lei Orçamentária Anual de 2018.

## Atuação do CSJT

Segundo a coordenadora de Orçamento e Finanças do colegiado, Kátia dos Santos Silva, a demanda relativa aos fóruns do TRT/RJ foi recebida em 25 de agosto de 2017 pelo CSJT, que, após a verificação da viabilidade das aquisições, encaminhou a

proposta, no dia 6 de setembro, ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para avaliar o envio de projeto de lei para abertura de crédito especial ao Congresso Nacional e emissão de parecer de

mérito, respectivamente. O resultado foi a aprovação do PL pelo Legislativo e a conversão, em 19 de dezembro, na Lei 13.542, de 2017, que destinou crédito especial ao Tribunal no valor de R\$ 43 milhões para a aquisição do Fórum Trabalhista Advogado Eugênio Roberto Haddock Lobo (Gomes Freire) e R\$ 15 milhões para a compra do Fórum Trabalhista de Nova Iguaçu.

Já o Fórum da Lavradio teve sua aquisição incluída na proposta orçamentária do TRT/RJ, após o CSJT ter conseguido viabilizar a dotação para a sua realização. A demanda foi encaminhada ao Poder Executivo em 15 de agosto de 2017, teve parecer favorável do CNJ e foi aprovada pelo Congresso Nacional, conforme Lei Orçamentária Anual – Lei nº 13.578, de 2 de janeiro de 2018, que destinou ao TRT/RJ o montante de R\$ 210 milhões para o projeto de aquisição do prédio da Rua do Lavradio. O edifício foi efetivamente adquirido por R\$ 174 milhões.

De acordo com a secretária-geral do Conselho, Marcia Lovane Sott, as demandas do TRT/RJ sensibilizaram a Presidência do CSJT, em virtude dos altos custos dos aluguéis dos espaços então locados.



**“Dentre as ações levadas a cabo para o enfrentamento da EC 95/16 (ajuste fiscal) e o necessário ajuste das contas da Justiça do Trabalho, uma das ações prioritárias implementadas pelo CSJT tem sido a redução das despesas discricionárias, tal como os valores gastos pelo TRT da 1ª Região no pagamento de aluguéis”.**

Marcia Lovane Sott - Secretária-Geral do CSJT.

## Prédio-sede, a tão sonhada casa própria

Além das novas aquisições, o Regional fluminense passou a deter a totalidade de seu prédio-sede, o conhecido Fórum Ministro Arnaldo Süssekind, também localizado no Centro do Rio de Janeiro. A utilização do edifício era compartilhada com a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE/RJ), instituição à qual o espaço era cedido de forma gratuita.

Graças a um acordo firmado com o Ministério do Trabalho, os andares 12º, 13º, 14º e 15º, além de parte do térreo e da sobreloja do fórum serão desocupados pela Superintendência e o edifício será integralmente utilizado pelo Tribunal. O compromisso de desocupação – Termo de Transmissão de Instalações Físicas – foi firmado em 24 de maio de 2017, com as as-

sinaturas do presidente do CSJT e do TST, ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, do então ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira de Oliveira, e do presidente do TRT/RJ, desembargador Fernando Antonio Zorzenon da Silva, durante a 3ª Reunião Ordinária do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho (Coleprecor).

Segundo o acordo, a Superintendência terá suas instalações transferidas para o edifício Darcy Vargas, localizado na Av. General Justo, também no Centro da cidade. O prédio, pertencente à União, foi destinado ao Tribunal em junho de 2017 e está sendo reformado às expensas do Tribunal. Ele abrigará, em seu bloco A, unidades administrativas do TRT/RJ e, no bloco B, as instalações do Ministério do Trabalho no Rio de Janeiro.

A obtenção da totalidade do prédio-sede também contou com o apoio do CSJT, que participou de todas as etapas de

negociação com o Ministério do Trabalho. De acordo com o ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, não foi um processo fácil. “Foram diversas rodadas de negociação que se iniciaram em abril de 2017 e contaram com o desprendimento do ex-ministro, Ronaldo Nogueira”, afirmou.



**“Considero a desocupação do prédio-sede do TRT da 1ª Região como uma vitória da Justiça do Trabalho, além, é claro, de ser uma vitória do TRT/RJ. A transferência é um momento histórico. O Ministério do Trabalho ocupava o prédio por uma questão de tradição, visto que hoje a sede da pasta é em Brasília”.**

Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho.

## Equilíbrio orçamentário

Paralelamente a toda essa conjugação de esforços entre o Tribunal e outras instituições para a obtenção de prédios próprios, diversas unidades do TRT/RJ trabalharam incessantemente para que se atingisse o objetivo final. Foi necessária uma firme atuação da Presidência – assim como da Diretoria-Geral do

Tribunal e suas unidades subordinadas – junto aos proprietários dos imóveis para negociação das aquisições, bem como junto à Secretaria de Patrimônio da União, para formalização do contrato e levantamento de todas as certidões e documentos necessários para concretizar as compras.

**“A meta é continuar investindo esforços para a redução dos gastos com locações, de forma a melhor aplicar o orçamento do Tribunal nas despesas que são essenciais para a plena consecução da atividade-fim do Tribunal”.**

**Flávio Pires Ferreira Clementino -  
Diretor-geral do TRT/RJ.**



Para Fabio Petersen Bittencourt, que já foi coordenador de Orçamento e Finanças do CSJT e atualmente é diretor da Secretaria-Geral Judiciária (SGJ) do TRT/RJ, o apoio do Conselho foi decisivo para as aquisições. “Para se ter uma ideia, não existe precedente naquele Conselho de aquisições conjuntas deste porte. Foi a maior destinação de recursos que um Tribunal recebeu para esta finalidade”, afirma o servidor, que auxiliou na articulação junto à Secretaria de Orçamento e Finanças do CSJT, facilitando as discussões acerca da alocação dos recursos do orçamento da União para aquisição dos imóveis. Ainda segundo ele, as aquisições foram fundamentais para o equilíbrio orçamentário do TRT/RJ nos próximos anos.

De fato, a economia foi bastante significativa. Segundo Flavio Pires Ferreira Clementino, diretor-geral, o valor gasto com a locação anual dos três prédios adquiridos (Lavradio, Gomes Freire e Nova Iguaçu) corresponde a 82,4% do total de

gastos com aluguéis em 2017. E o valor gasto com aluguéis em 2017 em relação ao orçamento total do Tribunal no mesmo ano equivale a 28,86%. Considerando as aquisições de imóveis nos exercícios de 2017 e 2018, o total economizado com aluguéis dos quatro imóveis (Lavradio, Gomes Freire, Nova Iguaçu e Niterói) montam em R\$ 29.186.627,00 anualmente.



**“As aquisições foram fundamentais para o equilíbrio orçamentário do TRT/RJ nos próximos anos”.**

**Fabio Petersen Bittencourt – Diretor da SGJ**





## *Agradecimento*

Toda a história contada até aqui não seria possível nem justificável se não fosse por um único fim: as pessoas, que constituem o capital humano das empresas e instituições.

Ainda que imóveis, máquinas e outros tipos de bens integrem uma parte fundamental do negócio de qualquer organização, é nas pessoas que reside a finalidade de todos os esforços e ações, e é somente com a colaboração delas que todas as realizações e conquistas se tornam possíveis.

E em uma instituição que existe para a prestação de serviços, como o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, essa afirmação é ainda mais verdadeira: as pessoas são simplesmente a razão da nossa existência, nosso princípio, meio e fim, estejam elas do lado de lá do balcão – trabalhadores, empregadores, partes, advo-

gados, jurisdicionados – ou do lado de cá, expedindo uma notificação, fazendo um despacho, juntando uma petição, preferindo uma decisão.

Assim, não poderíamos finalizar este livro de memórias sem deixar consignada uma moção de agradecimento a todos aqueles que ajudaram a nos tornar o que somos hoje: um dos maiores tribunais do país.

Aos nossos 54 desembargadores, 140 Juízes Titulares de Vara do Trabalho, 128 Juízes do Trabalho Substitutos e 3.890 servidores, nosso maior patrimônio, representado de forma simbólica nas páginas finais desta obra, o nosso muito obrigado!

**Presidência do Tribunal Regional  
do Trabalho da 1ª Região  
Novembro de 2018**

# Desembargadores



Desembargadores do TRT da 1ª Região.





**PRIMEIRA FILA (DA ESQUERDA PARA DIREITA)**

1. THEOCRITO BORGES DOS SANTOS FILHO
2. GUSTAVO TADEU ALKMIM
3. ANTÔNIO CARLOS DE AZEVEDO RODRIGUES
4. JOSÉ ANTÔNIO TEIXEIRA DA SILVA
5. EDITH MARIA CORRÊA TOURINHO
6. JOSÉ DA FONSECA MARTINS JUNIOR
7. JOSÉ NASCIMENTO ARAUJO NETTO
8. FERNANDO ANTONIO ZORZENON DA SILVA
9. ROSANA SALIM VILLELA TRAVESEDO
10. MARIA DAS GRAÇAS CABRAL VIEGAS PARANHOS
11. TANIA DA SILVA GARCIA
12. LUIZ ALFREDO MAFRA LINO
13. CESAR MARQUES CARVALHO
14. JORGE FERNANDO GONÇALVES DA FONTE
15. EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES

**SEGUNDA FILA (DA ESQUERDA PARA DIREITA)**

16. IVAN DA COSTA ALEMÃO
17. BRUNO LOSADA ALBUQUERQUE LOPES
18. SAYONARA GRILLO COUTINHO LEONARDO DA SILVA
19. ROBERTO NORRIS
20. RILDO ALBUQUERQUE MOUSINHO DE BRITO

21. MARIA APARECIDA COUTINHO MAGALHÃES
22. ALEXANDRE TEIXEIRA DE FREITAS BASTOS CUNHA
23. MARCOS DE OLIVEIRA CAVALCANTE
24. CÉLIO JUAÇABA CAVALCANTE
25. MÁRCIA LEITE NERY
26. CLAUDIA DE SOUZA GOMES FREIRE
27. JOSÉ ANTONIO PITON
28. MARCELO ANTERO DE CARVALHO

**TERCEIRA FILA (DA ESQUERDA PARA DIREITA)**

29. JORGE ORLANDO SERENO RAMOS
30. MARCOS PINTO DA CRUZ
31. CARINA RODRIGUES BICALHO
32. JOSÉ LUIS CAMPOS XAVIER
33. ALVARO LUIZ CARVALHO MOREIRA
34. LEONARDO DA SILVEIRA PACHECO
35. ENOQUE RIBEIRO DOS SANTOS
36. LEONARDO DIAS BORGES
37. ANTONIO CESAR COUTINHO DAIHA
38. CLAUDIA REGINA VIANNA MARQUES BARROZO
39. MÔNICA BATISTA VIEIRA PUGLIA
40. GLÁUCIA ZUCCARI FERNANDES BRAGA
41. MARIA HELENA MOTTA

# *Galeria de Presidentes*



DESEMBARGADOR  
JOAQUIM MÁXIMO DE  
CARVALHO JUNIOR -  
GESTÃO: 1946-1950



DESEMBARGADOR  
DÉLIO MARANHÃO -  
GESTÃO:  
1951-1953 e 1953-1955



DESEMBARGADOR  
AMARO BARRETO DA  
SILVA - GESTÃO:  
1955-1957 e 1957-1959



DESEMBARGADOR  
CELSO LANNA -  
GESTÃO:  
1959-1961 e 1961-1963



DESEMBARGADOR  
CÉSAR PIRES CHAVES -  
GESTÃO:  
1963-1965 e 1965-1967



DESEMBARGADOR  
JOSÉ DE MORAES  
RATTES - GESTÃO:  
1967-1970



DESEMBARGADOR  
JÊS ELIAS CARVALHO DE  
PAIVA - GESTÃO:  
1971-1973 e 1977-1978



DESEMBARGADOR  
HIATY LEAL - GESTÃO:  
1974-1976 e 1979-1980



DESEMBARGADOR  
FLAVIO RODRIGUES  
SILVA - GESTÃO:  
1981-1982



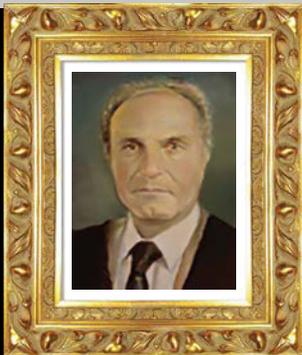
DESEMBARGADOR  
GUSTAVO CÂMARA  
SIMÕES BARBOSA -  
GESTÃO:  
1983-1984



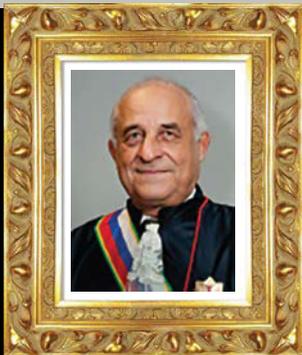
DESEMBARGADOR  
GERALDO OCTÁVIO  
GUIMARÃES - GESTÃO:  
1985-1986



DESEMBARGADOR  
JOSÉ TEÓFILO VIANNA  
CLEMENTINO - GESTÃO:  
1987-1988



DESEMBARGADOR  
FERNANDO TASSO  
FRAGOSO PIRES -  
GESTÃO: 1989-1990



DESEMBARGADOR  
LUIZ AUGUSTO  
PIMENTA DE MELLO -  
GESTÃO: 1991-1992



DESEMBARGADOR  
JOSÉ MARIA DE MELLO  
PORTO - GESTÃO:  
1993-1994



DESEMBARGADOR  
ALÉLIO VIEIRA BRAGA -  
GESTÃO: 1995-1996



DESEMBARGADOR  
LUIZ CARLOS DE BRITO -  
GESTÃO: 1997-1998



DESEMBARGADOR  
IRALTON BENIGNO  
CAVALCANTI - GESTÃO:  
1999-março de 2000



DESEMBARGADORA  
ANA MARIA PASSOS  
COSSERMELLI - GESTÃO:  
2000 e 2001-2003



DESEMBARGADOR  
NELSON TOMAZ BRAGA  
- GESTÃO:  
2003-2005



DESEMBARGADOR  
IVAN DIAS RODRIGUES  
ALVES - GESTÃO:  
2005-2007



DESEMBARGADORA  
DORIS LUISE CASTRO  
NEVES - GESTÃO:  
2007-2009



DESEMBARGADOR  
ALOYSIO SANTOS -  
GESTÃO:  
2009-2011



DESEMBARGADORA  
MARIA DE LOURDES  
D'ARROCHELA  
SALLABERRY - GESTÃO:  
2011-2013



DESEMBARGADOR  
CARLOS ALBERTO  
ARAÚJO DRUMMOND -  
GESTÃO: 2013-2015



DESEMBARGADORA  
MARIA DAS GRAÇAS  
CABRAL VIEGAS  
PARANHOS  
GESTÃO: 2015-2017



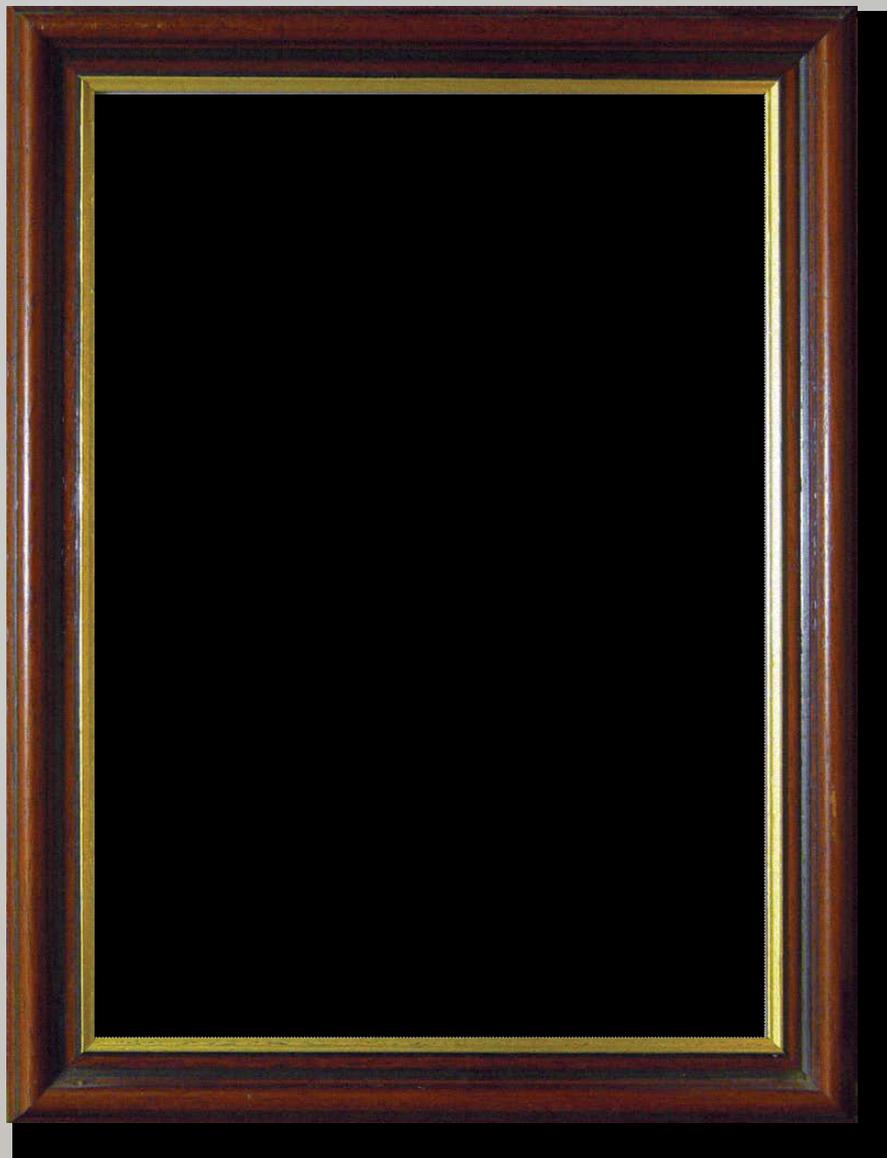
DESEMBARGADOR  
FERNANDO ANTONIO  
ZORZENON DA SILVA -  
GESTÃO: 2017-2019



Desembargador Fernando Antonio Zorzenon da Silva (ao centro) e os juízes auxiliares da Presidência Antonio Carlos Amigo da Cunha, Epílogo Pinto de Medeiros Baptista, José Saba Filho e José Mateus Alexandre Romano, representando todos os magistrados de 1º grau do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.



Representando todos os gestores do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região: Desembargador Fernando Antonio Zorzenon da Silva (ao centro) com os diretores das unidades estratégicas do TRT/RJ no biênio 2017-2019 – Marcelo Ribeiro de Brito, da Secretaria-Geral da Presidência; Flávio Pires Ferreira Clementino, da Diretoria-Geral; e Fabio Petersen Bittencourt, da Secretaria-Geral Judiciária –, além de assessores e gestores de unidades administrativas e judiciárias que lhes são subordinadas.



Representando todos os servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região: Paulo Roberto Targino da Silva, Analista Judiciário – Área Administrativa, servidor mais antigo em exercício no Tribunal, lotado na Seção de Expedição – Lavradio e Gomes Freire (SECEXP-L/G). Ingressou no TRT/RJ em 21/8/1972.



## Desembargadores

(Por antiguidade)\*

- Maria das Graças Cabral Viegas Paranhos
- José da Fonseca Martins Junior
- Tania da Silva Garcia
- Ana Maria Soares de Moraes
- Fernando Antonio Zorzenon da Silva
- José Nascimento Araujo Netto
- Edith Maria Corrêa Tourinho
- Luiz Alfredo Mafra Lino
- Rosana Salim Villela Travesedo
- José Antonio Teixeira da Silva
- Mery Bucker Caminha
- Cesar Marques Carvalho
- Antônio Carlos de Azevedo Rodrigues
- Flávio Ernesto Rodrigues Silva
- Jorge Fernando Gonçalves da Fonte
- Gustavo Tadeu Alkmim
- Evandro Pereira Valadão Lopes
- Theocrito Borges dos Santos Filho
- Valmir de Araujo Carvalho
- Angela Fiorencio Soares da Cunha
- Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha
- Marcos de Oliveira Cavalcante
- Maria Aparecida Coutinho Magalhães
- Célio Juaçaba Cavalcante
- Roque Lucarelli Dattoli
- Marcelo Augusto Souto de Oliveira
- Rildo Albuquerque Mousinho de Brito
- Mário Sérgio Medeiros Pinheiro
- Rogério Lucas Martins
- Márcia Leite Nery
- Roberto Norris
- Claudia de Souza Gomes Freire
- Sayonara Grillo Coutinho  
Leonardo da Silva
- José Antonio Piton
- Bruno Losada Albuquerque Lopes
- Dalva Amélia de Oliveira
- Marcelo Antero de Carvalho
- Ivan da Costa Alemão Ferreira
- Giselle Bondim Lopes Ribeiro
- Enoque Ribeiro dos Santos
- Leonardo Dias Borges
- Leonardo da Silveira Pacheco
- Antonio Cesar Coutinho Daiha
- Angelo Galvão Zamorano
- Alvaro Luiz Carvalho Moreira
- Claudia Regina Vianna  
Marques Barrozo
- José Luis Campos Xavier
- Mônica Batista Vieira Puglia
- Carina Rodrigues Bicalho
- Gláucia Zuccari Fernandes Braga
- Marcos Pinto da Cruz
- Maria Helena Motta
- Jorge Orlando Sereno Ramos

\*Composição em 31/8/2018



**Juízes Titulares de Vara do Trabalho**

(Por antiguidade)\*\*

- Núria de Andrade Peris
- Eduardo Henrique R Von Adamovich
- Carlos Henrique Chernicharo
- Daniela Collomb Michetti
- Raquel de Oliveira Maciel
- Alba Valéria Guedes Fernandes da Silva
- Antonio Paes Araújo
- Maurício Caetano Lourenço
- Marise Costa Rodrigues
- Cláudia Maria Samy Pereira da Silva
- Sérgio Rodrigues Heckler
- Alvaro Antonio Borges Faria
- Evelyn Correa de Guama Guimarães
- Cláudio José Montesso
- Moisés Luis Gerstel
- Heloisa Juncken Rodrigues
- Marcia Regina Leal Campos
- Rosane Ribeiro Catrib
- Dalva Macedo
- José Monteiro Lopes
- José Mateus Alexandre Romano
- Marcel da Costa Roman Bispo
- José Horta de Souza Miranda
- Roberto da Silva Fragale Filho
- José Saba Filho
- Rosangela Kraus de Oliveira Moreli
- Mauricio Paes Barreto Pizarro Drummond
- Andre Gustavo Bittencourt Villela
- Henrique da Conceição Freitas Santos
- Marcelo Segal
- Nélie Oliveira Perbeils
- Luiz Nelcy Pires Caravieri de Souza
- Denise Ferreira de Souza Barros Pacheco
- Katia Emilio Louzada
- Mauren Xavier Seeling
- Paulo Guilherme Santos Périssé
- Maria Letícia Gonçalves
- Marcelo José Duarte Raffaele
- Cissa de Almeida Biasoli
- Gabriela Canellas Cavalcanti
- Anna Elisabeth Junqueira Ayres Manso Cabral Jansen
- Oswaldo Henrique Pereira Mesquita
- Alexandre Armando Couce de Menezes
- Gisele Rosich Soares Velloso
- Érico Santos da Gama e Souza
- Claudio Olímpio Lemos de Carvalho
- Múcio Nascimento Borges
- Américo César Brasil Corrêa
- Maria Thereza da Costa Prata
- Cléa Maria Carvalho do Couto
- Hélio Ricardo Silva Monjardim da Fonseca
- Luciana Gonçalves de Oliveira Pereira das Neves
- Eliane Zahar
- Raquel Rodrigues Braga
- Anélita Assed Pedroso
- Áurea Regina de Souza Sampaio
- Maria Alice de Andrade Novaes
- Mirna Rosana Ray Macedo Corrêa
- Claudio Aurélio Azevedo Freitas
- Juliana Ribeiro Castello Branco
- Otavio Amaral Calvet
- Maria Bernadete Miranda Barbosa da Silva
- Renata Jiquiriçá
- Marcelo Antonio de Oliveira Alves de Moura
- Flávia Alves Mendonça Aranha

- Renato Abreu Paiva
- Simone Poubel Lima
- Fernando Reis de Abreu
- Ricardo Georges Affonso Miguel
- Patricia da Silva Lima
- José Augusto Cavalcante dos Santos
- Patrícia Vianna de Medeiros Ribeiro
- Eduardo Henrique Elgarten Rocha
- Maurício Madeu
- Monica de Almeida Rodrigues
- Derly Mauro Cavalcante da Silva
- Claudia Regina Reina Pinheiro
- Danielle Soares Abeijon
- Claudia de Abreu Lima Pisco
- Marcos Dias de Castro
- Nelise Maria Behnken
- Glener Pimenta Stroppa
- Andre Correa Figueira
- Fernanda Stipp
- Ana Paula Moura Bonfante de Almeida
- Fabio Rodrigues Gomes
- Elisio Correa de Moraes Neto
- Daniela Valle da Rocha Muller
- Lila Carolina Mota Pessoa Igrejas Lopes
- Carlos Eduardo Diniz Maudonet
- Alessandra Jappone Rocha Magalhães
- Edson Dias de Souza
- Adriana Maria dos Remedios Branco de Moraes C Tarazona
- Gilberto Garcia da Silva
- Marco Antonio Belchior da Silveira
- Aline Maria Leporaci Lopes
- Cristina Almeida de Oliveira
- Rodrigo Dias Pereira
- Flavio Alves Pereira
- Monique da Silva Caldeira Kozlowski de Paula
- Marcelo Alexandrino da Costa Santos
- Adriana Malheiro Rocha de Lima
- Rosemary Mazini
- Kiria Simões Garcia
- Leticia Costa Abdalla
- Ronaldo da Silva Callado
- Adriana Paula Domingues Teixeira
- Marcelo Ribeiro Silva
- Valeska Facure Pereira
- Wanessa Donyella Mateucci de Paiva
- Claudia Marcia de Carvalho Soares
- Antonio Carlos Amigo da Cunha
- Epílogo Pinto de Medeiros Baptista
- Bruno de Paula Vieira Manzini
- Robert de Assunção Aguiar
- André Luiz Amorim Franco
- Luciana dos Anjos Reis Ribeiro
- Monica de Amorim Torres Brandão
- Roberto Alonso Barros Rodrigues Gago
- Rita de Cássia Ligiero Armond
- Roberta Ferme Sivolella
- Celio Baptista Bittencourt
- Andre Luiz da Costa Carvalho
- Francisco Antonio de Abreu Magalhães
- Anita Natal
- Valéria Couriel Gomes Valladares
- Paulo Rogério dos Santos
- Adriana Freitas de Aguiar
- Claudia Siqueira da Silva Lopes
- Astrid Silva Britto
- Aline Souza Tinoco Gomes de Melo
- Raquel Pereira de Farias Moreira
- Filipe Ribeiro Alves Passos
- Gustavo Farah Correa
- Debora Blaichman Bassan
- Robson Gomes Ramos
- Fernando Resende Guimarães
- Adriana Maia de Lima
- Ana Beatriz de Melo Santos

\*\*Composição em 31/8/2018

## Juízes do Trabalho Substitutos

(Por antiguidade)\*\*\*

- Airton da Silva Vargas
- Renata Orvita Leconte de Souza
- Elisabeth Manhães Nascimento Borges
- Juliana Pinheiro de Toledo Piza
- Neila Costa de Mendonça
- Marco Antonio Mattos de Lemos
- Paula Cristina Netto  
Gonçalves Guerra Gama
- Roberta Lima Carvalho
- Leonardo Saggese Fonseca
- Leandro Nascimento Soares
- Glaucia Alves Gomes
- Helen Marques Peixoto
- Rossana Tinoco Novaes
- Maria Gabriela Nuti
- Roberta Torres da Rocha Guimarães
- Denise Mendonça Vieites
- Raquel Fernandes Martins
- Diane Rocha Trocoli Ahlert
- Marly Costa da Silveira
- Anelise Haase de Miranda
- Marcela de Miranda Jordão
- Michael Pinheiro McCloghrie
- Luciana Muniz Vanoni
- Elisangela Figueiredo da Silva
- Maria Candida Rosmaninho Soares
- Raphael Viga Castro
- Admar Lino da Silva
- Eduardo Almeida Jeronimo
- Filipe Bernardo da Silva
- Patricia Lampert Gomes
- Delano de Barros Guaicurus
- Elisa Torres Sanvicente
- Fabiano de Lima Caetano
- Ana Paula Almeida Ferreira
- Adriana Leandro de Sousa Freitas
- Luís Guilherme Bueno Bonin
- Camila Leal Lima
- Paulo Cesar Moreira Santos Junior
- Francisco Montenegro Neto
- Bruno Andrade de Macedo
- Fabricia Aurelia Lima Rezende Gutierrez
- Letícia Primavera Marinho Cavalcanti
- Taciela Cordeiro Cylleno
- Renato Alves Vasco Pereira
- Eletícia Marinho Mendes  
Gomes da Silva
- Carlos Medeiros da Fonseca
- Letícia Bevilacqua Zahar
- Renata Andrino Ançã de Sant'Anna Reis
- Felipe Bernardes Rodrigues
- José Dantas Diniz Neto
- Leonardo Campos Mutti
- Luciano Moraes Silva
- Veronica Ribeiro Saraiva
- Ronaldo Santos Resende
- José Alexandre Cid Pinto Filho
- Luana Lobosco Folly Pirazzo
- Thiago Rabelo da Costa
- Lucas Furiati Camargo
- Munif Saliba Achoche
- Leonardo Almeida Cavalcanti
- Livia Fanaia Furtado Siciliano
- Simone Bemfica Borges
- Fabio Correia Luiz Soares
- Vinícius Teixeira do Carmo
- Joana de Mattos Colares
- Sther Schettino
- Cláudio Victor de Castro Freitas
- João Renda Leal Fernandes
- Ana Teresinha de França  
Almeida e Silva Martins

- Rebeca Cruz Queiroz
- Amanda Diniz Silveira
- Mônica do Rêgo Barros Cardoso
- Pedro Figueiredo Waib
- Bruna Pellegrino Barbosa da Silva
- Fabiano Fernandes Luzes
- Layse Gonçalves Lajtman Malafaia
- Livia dos Santos Vardiero
- Elisabete Natividade de Avila Parente
- Viviana Gama de Sales
- Igor Fonseca Rodrigues
- Alexsandro de Oliveira Valerio
- Flavia Nobrega Cozzolino
- Maria Zilda dos Santos Neta
- Priscilla Azevedo Heine
- Andre Luiz Serrão Tavares
- Hernani Fleury Chaves Ribeiro
- Bruno Magliari
- Eduardo Mussi Dietrich Filho
- Bárbara de Moraes Ribeiro Soares Ferrito
- Felipe Rollemberg Lopes Lemos da Silva
- Maíra Automare
- Ana Larissa Lopes Caraciki
- Natalia dos Santos Medeiros
- Adriana Meireles Melonio
- Clarissa Souza Polizeli
- Thiago Mafra da Silva
- Christiane Zanin
- Andressa Campana Tedesco Valentim
- Roberta Salles de Oliveira
- Ana Regina Figueroa Ferreira de Barros
- Flávia Buaes Rodrigues
- Rachel Ferreira Cazotti Gonçalves Fernandes
- Giselle Bringel de Oliveira Lima David
- Najla Rodrigues Abbude
- Erika Cristina Ferreira Gomes
- Tallita Massucci Toledo Foresti
- Bianca da Rocha Dalla Vedova
- Dalila Soares Silveira
- Andrea Galvão Rocha Detoni
- Marcelo Fisch Teixeira e Silva
- Mariane Bastos Scorsato
- Anne Schwanz Sparremberger
- Gabriela Battasini
- Anelisa Marcos de Medeiros
- Mariana Oliveira Neves Ramos
- Filipe Olmo de Abreu Marcelino
- Priscila Cristiane Morgan
- Danusa Berta Malfatti
- Laís Ribeiro de Souza Bezerra
- Marcelo Luiz Nunes Melim
- Rafael Vieira Bruno Tavares
- Mateus Carlesso Diogo
- Carolina Ferreira Trevizani
- Marcelo Rodrigues Lanzana Ferreira
- Guilherme da Silva Gonçalves Cerqueira
- Luciana Mendes Assumpção
- Nikolai Nowosh
- Mateus Brandão Pereira

\*\*\*Composição em 13/8/2018

## Referências

ABREU, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 2008.

ASSESSORIA DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO. Disponível em: <[http://www.trt1.jus.br/web/guest/ultimas\\_noticias](http://www.trt1.jus.br/web/guest/ultimas_noticias)>. Acesso em: 3 ago 2018.

CAVALCANTI, Lauro. *As preocupações do belo*. Rio de Janeiro: Taurus Editora, 1955.

GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio de Janeiro*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 2000.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURA. *Inventário de bens imóveis*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Cultura e Esporte, 1998.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. *Boletim*. Rio de Janeiro, 1940.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Memória da destruição: Rio – uma história que se perdeu (1889-1965)*. Rio de Janeiro: Arquivo da Cidade, 2002.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO. Secretaria de administração e contratos. Divisão de gestão de bens imóveis. *Relatórios*. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <secmei@trt1.jus.br> em 3 ago 2018.

\_\_\_\_\_. Secretaria de obras e projetos. *Relatórios*. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <secmei@trt1.jus.br> em 7 ago 2018.







Av. Presidente Antonio Carlos, 251 - Centro  
Rio de Janeiro (RJ)  
CEP: 20020-010  
PABX: (21) 2380-6150